

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIÁ DA SILVA DE MELLO

**OS REFLEXOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DOS TÍTULOS E CERTIFICADOS
FEDERAIS NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL
DO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2015

MARIÁ DA SILVA DE MELLO

**OS REFLEXOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DOS TÍTULOS E CERTIFICADOS
FEDERAIS NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL
DO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva

CRICIÚMA

2015

MARIÁ DA SILVA DE MELLO

**OS REFLEXOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DOS TÍTULOS E CERTIFICADOS
FEDERAIS NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL
DO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial

Criciúma, 30 de junho de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Realdo de Oliveira da Silva – Especialista - (UNESC) – Orientador

Prof. Jonas Scremin Brolese – Especialista - (UNESC) – Examinador

Para meus pais, por toda força, por todo incentivo e principalmente por todo o amor que me possibilitou chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por todas as graças concedidas a mim, por ter iluminado minhas decisões, me guiado pelo caminho e por ter me dado forças. A Nossa Senhora, por ter intercedido por mim a Deus, por ter passado na frente e resolvido aquilo que eu era incapaz de resolver, por ter aberto todas as portas, por ter cuidado de tudo que não estava ao meu alcance, de todos os detalhes, por ter me ajudado, me protegido e me guiado com seu espírito maternal.

Agradeço aos meus pais, Antonio e Elita, pela educação, pelos incentivos, por toda dedicação, pelo encorajamento, apoio das dificuldades e principalmente por todos os exemplos passados a mim e por todo amor.

Aos meus irmãos, pelo companheirismo, carinho e amor. Aos meus amigos e companheiros de faculdade, principalmente aos amigos que fiz durante a faculdade, os quais levarei pelo resto da vida, por todos os momentos de alegria, apoio e compreensão durante toda essa jornada.

E a todos que contribuíram e me apoiaram durante toda faculdade, ao meu orientador, pela paciência e dedicação. E principalmente ao meu Pai, meu exemplo de profissional, de seriedade, sensatez e ética, por toda a inspiração e incentivo para seguir no caminho da contabilidade, por todos os ensinamentos passados a mim, pela paciência durante esses anos de aprendizagem e pelo apoio para realização deste sonho.

“A pior coisa que pode acontecer na vida de uma pessoa não é quando seu projeto não dá certo, seu plano de ação não funciona ou quando a viagem termina no lugar errado. O pior é não começar. Esse é o maior naufrágio.”

Amyr Klink

RESUMO

MELLO, Mariá da Silva de. **Os reflexos econômico-financeiros dos títulos e certificados federais no terceiro setor:** um estudo de caso em um hospital do sul de Santa Catarina. 2015. 65 p. Orientador: Esp. Realdo de Oliveira da Silva. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

No atual contexto social, cada vez mais as entidades do terceiro setor tem se destacado por seus projetos e atuações, necessitando assim de gestão profissionalizada para manter suas atividades plenamente. Para tanto, existem títulos e certificados que auxiliam de diversas maneiras o desenvolvimento dessas instituições. Neste sentido, o presente estudo tem o objetivo de apresentar os reflexos econômico-financeiros dos títulos e certificados concedidos pelo poder público federal em uma entidade hospitalar do sul de Santa Catarina. Este estudo possui um caráter descritivo, com a metodologia de abordagem do problema qualitativa, além de utilizar procedimentos de análise bibliográfica, em sua fundamentação, e de estudo de caso em uma entidade hospitalar. Para tanto utiliza-se também a pesquisa documental para o levantamento dos dados do estudo de caso. Por meio desse estudo revela-se a relevância do Título de Utilidade Pública Federal e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na entidade hospitalar estudada, tendo eles uma interferência extremamente positiva nos resultados econômico-financeiros da entidade. Percebe-se ainda o quanto gestão aplicada na utilização destes títulos e o contexto em que a entidade está inserida, interferem nos benefícios causados por eles na instituição.

Palavras-chave: Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Título de Utilidade Pública Federal. Análise de Demonstrações Financeiras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupos de contas para análise dinâmica do capital de giro	35
Figura 2 - Organograma.....	40
Figura 3 - Serviços prestados.....	41
Figura 4 – Etapas do estudo	43
Figura 5 - PROSUS.....	47
Figura 6 – Leitos de retaguarda	47
Gráfico 1 – Superávit/Déficit do exercício	52
Gráfico 2 – Índices de estrutura de capital	54
Gráfico 3 – Índices de liquidez	55
Gráfico 4 – Índices de rentabilidade	56
Gráfico 5 - Análise do capital de giro.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço patrimonial entidade sem fins lucrativos	25
Quadro 2 – Demonstração do resultado do exercício entidades sem fins lucrativos	26
Quadro 3 – Fluxo de caixa para entidades sem fins lucrativos	27
Quadro 4 – Indicadores de estrutura de capital.....	30
Quadro 5 – Indicadores de liquidez.....	32
Quadro 6 – Indicadores de rentabilidade	34
Quadro 7 – Tipos de estrutura e situação financeira.....	37
Quadro 8 – Classificação receitas da entidade	42
Quadro 9 – Balanço patrimonial	49
Quadro 10 – Demonstração do resultado do exercício	51
Quadro 11 – Fluxo de caixa	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Parâmetros para aplicação da receita em ações de gratuidade.....	19
Tabela 2 – Mensuração dos reflexos causados pelos títulos e certificações na entidade	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
ELP	Exigível a Longo Prazo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IR	Imposto de Renda
ITG	Interpretação Técnica Geral
MDSCF	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
NCG	Necessidade de Capital de Giro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
Proadi SUS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde
PROSUS	Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde
RLP	Realizável a Longo Prazo
ST	Saldo de Tesouraria
SUS	Sistema Único de Saúde
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 TÍTULOS E CERTIFICADOS	16
2.1.1 O Certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS)	16
2.1.1.1 Concessão e renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social	17
2.1.1.2 Requisitos específicos para obtenção e renovação do CEBAS na área da saúde	18
2.1.2 Título de utilidade pública federal	19
2.2 BENEFÍCIOS DOS TÍTULOS E CERTIFICADOS	20
2.2.1 Aspectos tributários	21
2.2.1.1 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	21
2.2.1.2 Contribuições previdenciárias	22
2.2.2 Subvenções Sociais	22
2.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
2.3.1 Balanço patrimonial	24
2.3.2 Demonstração de resultado do exercício	25
2.3.3 Demonstração dos fluxos de caixa	26
2.4 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
2.4.1 Análise vertical e horizontal	28
2.4.2 Indicadores	29
2.4.2.1 Indicadores de estrutura de capital	30
2.4.2.2 Indicadores de liquidez	32
2.4.2.3 Indicadores de rentabilidade	33
2.5 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO	34
2.5.1 Análise dinâmica do capital de giro	35
2.5.1.1 Capital circulante líquido	36
2.5.1.2 Necessidade de capital de giro	36

2.5.1.3 Saldo de tesouraria	37
2.5.1.4 Método Fleuriet	37
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	38
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	38
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4 ESTUDO DE CASO	40
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	40
4.2 SERVIÇOS.....	41
4.3 CONVÊNIOS E RECURSOS	42
4.4 ETAPAS DO ESTUDO.....	43
4.5 CENÁRIOS PROJETADAS PARA ANÁLISE	44
4.5.1 Cenário 1 – Demonstrações financeiras originais	45
4.5.2 Cenário 2 - Simulação das demonstrações financeiras sem títulos ou certificados	45
4.5.3 Projeção cenário 3 - Simulação das demonstrações financeiras com melhor aproveitamento dos benefícios de títulos e certificados.....	46
4.6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
4.6.1 Análise do balanço patrimonial	48
4.6.2 Análise da demonstração do resultado do exercício.....	50
4.6.3 Análise do fluxo de caixa.....	52
4.6.4 Análise através dos indicadores.....	54
4.6.5 Análise do capital de giro	56
4.6.6 Análise integrada	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES	64
APÊNDICE A – Valores ajustados no cenário 3.....	65

1 INTRODUÇÃO

Na presente seção, caracteriza-se a pesquisa, sua delimitação temática e o problema a ser respondido com a pesquisa. Na sequência, os objetivos a serem atingidos e justificativa do assunto objeto de estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A área da saúde é um campo de pesquisa vital para a sociedade, suas evoluções históricas trouxeram incontáveis benefícios, como melhoria da qualidade de vida e aumento da expectativa de vida da população. Hoje esses progressos apresentam uma medicina em constante evolução, que utiliza avançados recursos tecnológicos e tem como centro de atendimentos médicos os hospitais.

Para que o atendimento médico-paciente seja eficiente, muitos processos são executados. Além de toda a pesquisa e tecnologia já aplicadas na área, o processo de gestão dos hospitais é essencial, pois para que a população seja atendida, é necessária a captação de recursos e sua correta destinação.

A principal fonte de recursos da maioria dos hospitais é o Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema público de saúde brasileiro, que abrange todos os procedimentos médicos, desde o atendimento ambulatorial até a mais complexa cirurgia. Os repasses das remunerações ocorrem com base nos serviços prestados ou através de convênios previamente estabelecidos. Porém o valor dos recursos repassados pelo SUS não sofrem reajustes frequentes, ao contrário dos custos, que aumentam exponencialmente, tanto em decorrência inflacionária, quanto de evoluções tecnológicas. Sendo esta a principal deficiência relatada pelos hospitais, causando um enfraquecimento deste sistema.

Para suprir essa deficiência é necessário buscar outras fontes de recursos. Nesta busca é indispensável a certificação e obtenção de títulos, sejam públicos ou privados, que reconheçam a idoneidade da entidade e lhe conceda benefícios. Alguns exemplos são o título de Utilidade Pública Federal e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), popularmente conhecido como certificado de Filantropia.

O CEBAS e o Título de Utilidade Pública Federal podem ser concedidos a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e de relevante importância

social, além de considerar também o cumprimento dos requisitos legais e das atividades específicas dispostas em lei. A obtenção deste certificado e deste título abre inúmeras portas para a obtenção de subvenções sociais e de benefícios fiscais, sendo um importante fator a ser considerado no planejamento para captação de recursos. À vista disso, a obtenção deles reflete de inúmeras formas no planejamento, na gestão e na operacionalização de uma entidade do terceiro setor.

Diante do exposto enuncia-se o seguinte problema para a pesquisa: quais os reflexos econômico-financeiros dos títulos e certificados concedidos pelo poder público federal em uma entidade hospitalar do sul de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

O objetivo deste trabalho consiste em averiguar quais os reflexos econômico-financeiros dos títulos e certificados concedidos pelo poder público federal em uma entidade hospitalar do sul de Santa Catarina.

Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes:

- Elencar títulos e certificados concedidos pelo poder público federal a uma entidade do terceiro setor e os procedimentos necessários para obtenção deles;
- Analisar os benefícios concedidos pelos títulos e certificações que refletem financeiramente na entidade estudada;
- Comparar as demonstrações financeiras com os reflexos trazidos pelos títulos e certificações, com as demonstrações de uma entidade não certificada.

1.3 JUSTIFICATIVA

O terceiro setor “constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum” (BNDES, 2001, p.4). Nesta definição estão elencadas as entidades filantrópicas e as intituladas de Utilidade Pública Federal.

O campo do terceiro setor, principalmente no foco de certificações e titulações passíveis de obtenção, é escasso de fontes de pesquisa, sendo composto principalmente por leis, artigos e cartilhas governamentais. Porém as empresas do setor ainda são consideradas novas, conforme pesquisa realizada pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, realizada em 2010 e divulgada em 2012, as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil possuem em média 14,4 anos de existência.

A força que Entidades Beneficentes de Assistência Social vem ganhando justifica a importância da pesquisa no ramo. O fato de essas entidades serem novas intensifica ainda mais a essencialidade de aprofundamento no assunto, solidificando meios que fortaleçam o crescimento destas entidades. Crescimento este que acontece principalmente por incentivos governamentais, pois as entidades estudadas atuam em ramos que auxiliam o trabalho do governo.

As entidades possuidoras do CEBAS e do Título de Utilidade Pública Federal necessitam de profissionais capacitados e com conhecimento necessário para usufruir de todos os benefícios trazidos pelo certificado. Assim como a análise frequente de seus reflexos na entidade, sejam eles sociais, econômicos ou financeiros. Pois muitas oportunidades podem ser perdidas, caso a entidade não esteja constantemente atualizada sobre o assunto.

Assim como qualquer entidade, os Hospitais sem fins lucrativos necessitam também de gestão e análise dos demonstrativos contábeis para nortear seu desenvolvimento. Neles podem ser encontrados os reflexos dos títulos e certificados obtidos, principal foco desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os conceitos essenciais para realização da pesquisa. Será abordado desde as considerações principais acerca dos certificados e títulos concedidos na esfera federal às entidades do terceiro setor, até os principais métodos de análise das demonstrações financeiras voltadas as organizações da sociedade civil.

2.1 TÍTULOS E CERTIFICADOS

Após os registros iniciais, as entidades do terceiro setor podem buscar registros alternativos, como os títulos, certificados ou qualificações, que são outorgados ou concedidos por entes da federação. De acordo com a Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP (2001), os títulos e certificados que uma entidade pode obter no âmbito federal são o Título de Utilidade Pública Federal e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conhecido como filantropia.

Cada título ou certificado possui uma legislação específica, que deve ser seguida pela entidade possuidora deles, ou interessada em conquista-los. Porém, observa-se que eles “Apenas atestam, reconhecem uma situação fática preexistente que se subsuma fielmente às categorias legais” (REGULES, 2006, p. 90, apud Zape, 2008, p.4), ou seja, somente oportunizam o reconhecimento de uma condição preexistente, a como a filantropia ou a utilidade pública.

2.1.1 O Certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS)

São consideradas entidades beneficentes de assistência social, conforme o art. 3º da Lei 8.742/93, “aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos”. Essas instituições são comumente chamadas de entidades filantrópicas, termo que foi dado pela lei 8.742/93, mas foi revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13/01, porém essa denominação continua sendo a mais popular. Além disso para ser considerada merecedora do CEBAS, a entidade precisa exercer suas atividades nos setores de educação, assistência social ou saúde.

Ressalta-se que o simples fato de possuir as qualidades filantrópicas não certifica automaticamente a entidade, é necessário requerer a certificação. Tal certificação é regida principalmente pela Lei 12.101 de 2009, que dispõe sobre a certificação e todos os processos necessários para obtê-la.

2.1.1.1 Concessão e renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Cumprindo os requisitos mínimos conceituais de entidade beneficente de assistência social, a entidade poderá requerer a certificação, dentro dos termos da Lei. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) será concedido, de acordo com o Art. 1º da Lei 12.101/09:

(...) às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

A certificação é dada pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS). O requerimento deve ser protocolado, de acordo com o decreto 8.242/14 no ministério certificador da área de atuação preponderante da entidade. Ele é feito através do formulário de requerimento, que deve apresentar os documentos necessários e atender as requisições dispostas em lei. São documentos necessários para a concessão do CEBAS conforme o Art. 3 do Decreto Nº 8.242/14:

I - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; II - cópia da ata de eleição dos dirigentes e do instrumento comprobatório de representação legal, quando for o caso; III - cópia do ato constitutivo registrado, que demonstre o cumprimento dos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 12.101, de 2009; IV - relatório de atividades desempenhadas no exercício fiscal anterior ao requerimento, destacando informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos; V - balanço patrimonial; VI - demonstração das mutações do patrimônio líquido; VII - demonstração dos fluxos de caixa; e VIII - demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade, se for o caso.

Com a documentação necessária em ordem, a entidade deverá estar de acordo com os demais procedimentos específicos requeridos por cada ministério. Para obter o certificado, é necessário que a entidade cumpra outros requisitos básicos.

Esses requisitos estão dispostos em leis e decretos nacionais e portarias e orientações de cada ministério.

Os documentos protocolados para a obtenção do CEBAS são avaliados e se necessário, a legislação autoriza a abertura de uma diligência para correção de pontuais falhas. Se aprovada, de acordo com os artigos 5º e 6º do decreto 8.242/14, o certificado de concessão é validado desde a data de aprovação e publicação em diário oficial. Nos casos de renovação a validade ocorre desde o vencimento da anterior, ou até a data da decisão, em caso de decisão desfavorável. Os certificados possuem um prazo de validade de três anos para concessões e cinco anos para renovações, conforme o art. 5º do mesmo decreto.

O fato do certificado ter prazo de 3 ou 5 anos, faz com que, nos termos do inciso 1 do art. 24 da lei 12.101/09, precise ser renovado e a renovação seja protocolada nos trezentos e sessenta dias que antecedem a data de vencimento do certificado. Para a renovação é necessário que todas as exigências e documentações da certificação sejam novamente cumpridas.

2.1.1.2 Requisitos específicos para obtenção e renovação do CEBAS na área da saúde

O requerimento do CEBAS na área da saúde exige que a entidade esteja de acordo com os procedimentos específicos exigidos pela legislação para essa atividade. É necessário inicialmente, conforme o inciso I do Art. 4º da Lei 12.101/09, “celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS”, ou seja precisa prestar serviços pelo SUS.

Existe algumas delimitações das ofertas de procedimentos pelo SUS, que são dispostas pelo Ministério da Saúde na cartilha Caminho para Certificação (2013, p.26). Tais delimitações obrigam a entidade portadora do CEBAS a: “Ofertar e comprovar a prestação de, no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS, com base nas internações hospitalares e nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados e registrados nos sistemas de informação do SUS.” Assim, os procedimentos executados através do SUS devem ser ofertados e comprovados, tanto para a obtenção quanto para a manutenção do CEBAS, além de anualmente para o ministério da saúde.

Ressalta-se que a porcentagem de 60% se refere aos números de atendimentos e não ao faturamento da entidade, e é calculado por meio de percentualidade simples. A comprovação é feita por via documental e destacada no relatório de atividades, de acordo com o Art. 9º da Portaria do ministério da saúde 1.970/11.

Em alguns casos o gestor do SUS pode não ter interesse em contratar 60% dos serviços da entidade. Neste episódio, para manter a certificação, a entidade deve ofertar parte de sua receita em gratuidades, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Parâmetros para aplicação da receita em ações de gratuidade

Percentual de atendimento ao SUS	Percentual da receita aplicado em ações de gratuidade
< 30%	20% da receita
= e > 30% e < 50%	10% da receita
= e > 50% e < 60%	5% da receita

Fonte: Ministério da Saúde (2013, p. 27)

Mesmo que nenhum dos requisitos vinculados ao SUS, citados acima sejam cumpridos, a entidade pode ainda optar pela alternativa de “realização de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p.28). Podendo dessa forma também obter o certificado. Com o CEBAS em mãos, a entidade pode então fazer jus ao aproveitamento de seus benefícios.

2.1.2 Título de utilidade pública federal

O título de Utilidade Pública Federal é concedido a entidades cujos serviços sejam reconhecidos pela relevância e pelo altruísmo à sociedade. A titulação é concedida, de acordo com Boudens (2000) por meio de ato declaratório do poder executivo, podendo ser obtida através do Ministério da Justiça, mediante requerimento, ou diretamente pelo presidente da república, através de declaração *ex-officio*. “No primeiro caso, o passo inicial é dado pela entidade interessada, que deve protocolar no MJ requerimento próprio, acompanhado de documentos comprobatórios. (...) No segundo caso, a iniciativa é do Presidente da República” (Boudens, 2000, p. 4).

Para receber a titulação a entidade deve cumprir os requisitos específicos dispostos em lei, que “repercutem no teor do estatuto social, nas práticas de gestão

adotadas, e na maneira pela qual a entidade desenvolve suas atividades” (ZAPE, 2008, p. 5). Tais requisitos são estabelecidos pela Lei 91, DE 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961:

a) que se constituiu no país; b) que tem personalidade jurídica; c) que esteve em efetivo e contínuo funcionamento, nos três imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos; d) que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificados ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretextos; e) que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados dos três anos de exercício anteriores à formulação do pedido, promove a educação ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente. f) que seus diretores possuem folha corrida e moralidade comprovada; g) que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e despesa realizadas no período anterior, desde que contemplada com subvenção por parte da União, neste mesmo período. (Art. 2ª, decreto nº 50.517/61)

Satisfeitos os requisitos, deve-se protocolar no ministério da justiça o requerimento solicitando a titulação, juntamente com a documentação necessária que comprove que as condições estão sendo cumpridas, e assim, acompanhar a tramitação do processo. Porém, Zape (2008) ressalta o quanto é rigoroso o processo de julgamento para o título de utilidade pública federal, assim como a grande burocracia e lentidão para concessão. Além disso, a falta de parâmetros objetivos em relação a seleção das instituições que estão elencadas em serviços desinteressados a coletividade, também dificulta a obtenção do título.

2.2 BENEFÍCIOS DOS TÍTULOS E CERTIFICADOS

São diversos os fatores que levam as entidades a buscar o reconhecimento através dos registros alternativos na união. De acordo com a Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP (2011, p. 14), as vantagens e consequências trazidas pelos títulos e certificações são:

(a) diferenciar as entidades que os possuem, inserindo-as num regime jurídico específico; (b) demonstrar à sociedade que a entidade possui credibilidade; (c) facilitar a captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos; (d) facilitar o acesso a benefícios fiscais; (e) possibilitar o acesso a recursos públicos, assim como a celebração de convênios e parcerias com o Poder Público e; possibilitar a utilização de incentivos fiscais pelos doadores.

Observa-se que esses registros trazem inúmeras vantagens, dentre elas, muitas são subjetivas, como a demonstração de credibilidade da instituição. Porém diversas delas podem ser mensuráveis e refletem diretamente nos resultados empresariais, e estes reflexos serão o ponto de exame deste capítulo.

2.2.1 Aspectos tributários

O CEBAS e o Título de Utilidade Pública Federal beneficiam as entidades certificadas com diversas isenções tributárias, que são um dos principais fatores que levam as entidades a busca-los. Tais isenções trazem notoriamente benefícios financeiros e econômicos para a entidade, refletindo diretamente nas demonstrações e na gestão organizacional. Algumas entidades que buscam esses registros já possuem alguns desses benefícios devido a outros fatores, como a natureza jurídica, por exemplo, fato que não diminui a atratividade deles.

Em resumo, os principais impostos que se tornam isentos são o IR (Imposto de Renda), a CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), a COFINS (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social) e das demais contribuições destinadas a Seguridade Social.

2.2.1.1 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O IR e a CSLL são isentos de acordo com o Art. 15º da lei Lei nº 9.532/97. Excetua-se desta isenção o imposto de renda dos “rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável” (Lei 9.532/97, Art. 15, §2). Para gozar da isenção, a instituição deve cumprir as obrigações dispostas no Art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e" da referida lei:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

Não cumprindo as obrigações impostas ou infringindo a legislação tributária, a referida isenção será suspensa nos termos do Art. 13º da Lei acima citada. Ressalta-se que grande parte das entidades que buscam a certificação já é imune ou isenta do IR e da CSLL, sendo o certificado apenas uma ratificação de algo preexistente, não fazendo deste benefício o principal atrativo do CEBAS, mas sim a isenção de contribuições previdenciárias.

2.2.1.2 Contribuições previdenciárias

A isenção da COFINS é dada nos termos do inciso X do Art. 14 da medida provisória nº 2.158-35/01. Mesma legislação que, no Art. 13º transfere a base de cálculo do PIS (Programa de integração social) para a folha de pagamento, aplicando-se uma alíquota de 1%.

As demais contribuições previdenciárias são isentas as entidades beneficentes de assistência social, de acordo com o §7 do art. 195 da constituição federativa de 1988 e conforme o art. 29 da Lei nº 12.101/09, que também regula os requisitos necessários para o gozo da isenção.

As contribuições destinadas a seguridade social que se destacam no benefício da isenção são as incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, na forma do art. 22 da lei 8.212/91. Portanto, o fato de não necessitar recolher as contribuições previdenciárias patronais incidentes sobre a folha de pagamento é considerado o fator mais atrativo que leva as entidades a buscar a certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social.

2.2.2 Subvenções Sociais

Os títulos e certificações oferecem vantagens no que tange a arrecadação de recursos. O título de utilidade pública federal oferece vantagens que atingem diretamente as receitas da entidade, e podem ser classificadas como: “(a) oferecer dedutibilidade do Imposto de Renda das pessoas jurídicas; (b) receber subvenções, auxílios e doações; (c) realizar sorteios, desde que autorizados pelo Ministério da Justiça” (COMISSÃO DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR DA OAB/SP, 2011, p. 14).

Ou seja, a utilidade pública federal oportuniza a captação de recursos para a instituição.

O CEBAS também oferece essas vantagens, pois diversos programas governamentais que destinam recursos a entidades do terceiro setor, utilizam-se dele como balizador para determinação dos tipos de entidades merecedores dos recursos. Além disso, as ementas parlamentares responsáveis por financiamentos de diversos projetos de entidades sem fins lucrativos também são regulamentadas de forma a exigir o CEBAS para destinação das verbas.

Ressalta-se que o simples fato de possuir o título de utilidade pública federal ou o CEBAS não concede a entidade qualquer favor do estado. Porém, de acordo com Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça (2009), eles são pré-requisitos para concessão de vantagens e doações por muitos órgãos, como por exemplo a Utilidade Pública Federal para doações de bens apreendidos pela receita federal. Além disso, em diversas situações eles são requisitos obrigatórios para participação de diversos programas governamentais.

Portanto, após a obtenção, a entidade deve ainda manter-se atualizada quanto as vantagens e doações concedidas a organizações possuidoras do título e do CEBAS, pois essas doações e concessões de recursos podem ser feitas de forma esporádica.

2.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Assim como qualquer entidade, as organizações da sociedade civil devem elaborar demonstrativos contábeis que norteiem as tomadas de decisões. Os demonstrativos de tais entidades são regidos pela ITG 2002, que “destina-se a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros” (ITG 2002, item 7). A ITG 2002 obriga as entidades sem fins lucrativos a elaborarem as seguintes demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Observa-se que as demonstrações financeiras das entidades do terceiro setor possuem algumas peculiaridades. Niyama e Silva (2013) citam que essas

características começam com as denominações, como o Patrimônio Líquido que é chamado de Patrimônio Social e o Resultado que não é chamado de lucro ou prejuízo, mas sim de superávit ou déficit.

Outro ponto importante que diferencia as demonstrações financeiras das empresas sem fins lucrativos engloba itens obrigatórios de escrituração, que segundo o Conselho Regional de contabilidade do Paraná (2013) são o controle, junto a contas de compensação, das isenções obtidas, das gratuidades concedidas e dos serviços voluntários prestados para a entidade.

Como as prestações de contas são objetos constantes nas operações de entidades sem fins lucrativos, suas demonstrações financeiras devem ser adaptadas para facilitar esses processos. Tal ponto é ressaltado pela ITG 2002, que adverte o fato dos registros contábeis deverem ser segregados a ponto de permitir a apuração das informações em prestações de contas. Mostra-se ainda obrigatório a distinção em contas separadas das receitas com ou sem restrições, pois muitos recursos obtidos pelas entidades possuem fins específicos, devendo então serem registrados separadamente. Além de segregar também as suas finalidades, como saúde, educação, assistência social, cultura e entre outras.

Em suma, a contabilidade de empresas sem fins lucrativos deve mostrar “a preocupação com o trabalho social da entidade [...]. Idealmente, a contabilidade seria um importante parâmetro para que o doador de recursos pudesse avaliar se o impacto social se sido positivo” (NIYAMA E SILVA, 2013, p. 285). Ou seja, no terceiro setor as demonstrações financeiras devem demonstrar, em números, o quão positivo foi o seu trabalho beneficente.

2.3.1 Balanço patrimonial

O Balanço patrimonial é uma demonstração estática que “reflete a posição financeira em determinado momento” (IUDÍCIBUS E MARION, 2004, p. 184). Ele é dividido, conforme Marion (2009), em duas colunas. A primeira é composta pelo ativo, que são todos os bens e direitos da empresa mensurados monetariamente. A segunda é composta pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido, o passivo apresenta as dívidas e obrigações da empresa e o Patrimônio Líquido evidencia os recursos aplicados e os resultados obtidos através da atividade operacional da entidade.

Quadro 1 – Balanço patrimonial entidade sem fins lucrativos

ATIVO	PASSIVO	
CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa Caixa Bancos Recursos com restrição Bancos Recursos sem Restrição Créditos a receber Atendimentos Realizados Recursos de Parcerias em Projetos Estoques	Fornecedores de bens e serviços Obrigações com Empregados Obrigações Tributárias Empréstimos e Financiamentos a pagar Recursos de Projetos em Execução Recursos de Convênios em Execução Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar	
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo Investimentos Aplicações Financeiras sem Restrição Aplicações Financeiras com Restrição Valores a receber Imobilizado Bens Próprios sem Restrição Bens com Restrição (-) Depreciação Acumulada Intangível	Empréstimos e Financiamentos a pagar Recursos de Projetos em Execução Recursos de Convênios em Execução Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar <th style="text-align: center;">PATRIMÔNIO LÍQUIDO</th> Patrimônio Social Outras Reservas Ajustes de Avaliação Patrimonial Superávit ou Déficit Acumulado	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Adaptado ITG 2002

Percebe-se claramente na sugestão de estruturação do balanço patrimonial dada pela ITG 2002 as diferenciações entre recursos com e sem restrições, além da divisão entre circulante e não circulante. Padoveze (2014) ao exemplificar o balanço patrimonial chama atenção para suas disposições, pois o ativo deve ser classificado pelo grau de liquidez, ou seja, é colocado em ordem considerando o tempo que o ativo levará para se transformar em moeda corrente. Desta forma, caso o prazo para a realização do ativo seja maior que um ano ele será classificado no ativo não circulante, juntamente com bens que não são destinados a vendas, como o imobilizado. Tal princípio também é utilizado no passivo, que engloba no seu circulante as dívidas que devem ser pagas em até um ano, e no não circulante as dívidas com prazo superior a doze meses.

Todas as regras para elaboração do balanço patrimonial são compostas com finalidade de padronização das demonstrações financeiras de todas as empresas, visando a facilitação das análises dos dados apresentados por eles.

2.3.2 Demonstração de resultado do exercício

A demonstração de resultado do exercício (DRE) é um dos demonstrativos de maior utilidade para a análise dos usuários da contabilidade, ela expõe “dados

relativos a performance da empresa do período, pois apresenta saldos acumulados das contas de receitas, custos e despesas” (SANTOS E BARROS, 2005, p. 81). Ou seja, mostra resumidamente o resultado apurado no período, considerando-se o total das operações realizadas.

Quadro 2 – Demonstração do resultado do exercício entidades sem fins lucrativos

RECEITAS OPERACIONAIS
Com Restrição (Atividades de Educação/ Atividades de Saúde/ Atividades de Assistência Social/ Atividades de Direitos Humanos/ Atividades de Meio Ambiente/ Outros Atividades/ Gratuidades/ Isonções/ Trabalho Voluntário)
Sem Restrição (Receitas de Serviços Prestados/ Contribuições e Doações Voluntárias/ Receitas de convênios/ Ganhos na Vendas Bens/ Outros Recursos Recebidos)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
Com Atividades (Educação/ Saúde/ Assistência Social/ Direitos Humanos/ Meio Ambiente/ Gratuidades Concedidas/ Trabalho Voluntário)
RESULTADO BRUTO
DESPESAS OPERACIONAIS
Administrativas (Salários/ Encargos Sociais/ Impostos e Taxas/ Aluguéis/ Serviços Gerais/ Manutenção/ Depreciação e Amortização/ Perdas Diversas)
Outras despesas/receitas operacionais
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO

Fonte: Adaptado ITG 2002 (2012)

Na DRE observa-se claramente, e de forma detalhada, a diferenciação dos recursos recebidos com e sem restrições, além da segregação entre atividades, podendo ainda ser relacionados conforme a sua procedência, de qual esfera governamental se originou, ou se foi captado de pessoas físicas, ou jurídicas. Marion (2009) ressalta que os elementos detalhados fornecidos pelo DRE possibilitam analisar a saúde financeira da empresa e sua realidade, fortificando as bases para a tomada de decisão.

2.3.3 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é uma demonstração dinâmica que indica as origens e as aplicações do caixa e dos equivalentes de caixa em determinado período. Ela confronta as entradas e saídas de dinheiro, permitindo a análise decisória de captar recursos ou aplica-los.

Quadro 3 – Fluxo de caixa para entidades sem fins lucrativos

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Superávit / Déficit do Período Ajustes por: (+) Depreciação/Amortização / (-) Ganho de Capital
Superávit (Déficit) ajustado
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes
Atendimentos Realizados Recursos de Parcerias em Projetos Tributos a Recuperar
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes
Fornecedores de bens e serviços Obrigações com Sociais e Tributárias Empréstimos e Financiamentos a Pagar Subvenções e Assistências Governamentais
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
Recursos Recebidos pela Venda de Bens ou por Investimentos Realizados Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Recebimentos de Empréstimos e Financiamentos Pagamentos de Empréstimos e Arrendamento Mercantil
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento
(=) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO

Fonte: Adaptado ITG 2002 (2012)

Salienta-se que a DFC não deve ser analisada isoladamente, Marion (2009, p. 452) cita que ela “vem esclarecer situações controvertidas na empresa, como, por exemplo, na comparação com o DRE, o porquê de a empresa ter um lucro considerável e estar com o caixa baixo.” Portanto, mesmo sendo importante para a análise e comparabilidade na tomada de decisão, ela nunca deve ser vista sozinha e sim interligada com os diagnósticos oferecidos pelas demais demonstrações financeiras.

2.4 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras das empresas é considerada como um fator chave para a evolução e controle econômico-financeiro das organizações. Iudícibus (2008, p. 74) assinala que as análises devem ser entendidas “dentro de suas possibilidades e limitações. De um lado, mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções; de outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração”.

Ou seja, os dados apresentados pelas demonstrações são limitados, mas podem ser amplamente relevantes quando devidamente utilizados.

Isto é reforçado por Martins, Miranda e Diniz (2014), que apontam as demonstrações financeiras como ferramentas importantes, mas que não devem ser utilizadas isoladamente. É necessário que o analista possua conhecimento, tanto contábil e administrativo, quanto genérico das atividades da empresa e do setor. Esse fator torna as análises das demonstrações financeiras um conjunto de esforços para a interpretação dos dados embutidos nas demonstrações, possibilitando a determinação de pontos fracos e fortes da empresa, para então tomar decisões fundamentadas.

Para auxiliar a interpretação dos dados expostos nas demonstrações, são utilizadas diversas ferramentas gerenciais. Ressalta-se que não se deve utilizar todos os instrumentos de interpretação de uma única vez, mas sim selecionar os que mais se adequam a realidade da empresa, utiliza-los em conjunto e interligá-los com os conhecimentos específicos da organização e do setor.

2.4.1 Análise vertical e horizontal

As análises verticais e horizontais são ferramentas que possibilitam, conforme Martins, Miranda e Diniz (2014), a avaliação de contas individualmente e em grupos, de maneira rápida e simples, comparando períodos e utilizando fundamentalmente a análise de tendências. Elas permitem um nível de análise elevado devido a todo detalhamento que outros instrumentos de análise não fornecem, tornando-se uma análise indispensável para o diagnóstico empresarial.

A análise vertical é feita dentro de um mesmo período, onde “o percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto” (MATARAZZO, 2010, p. 170). Ou seja, ela calcula o percentual de uma conta em relação a outra, que é considerada a base. Por exemplo, calcula-se o percentual de quanto o caixa representa dentro do ativo circulante, onde o ativo circulante é a base e o caixa a conta a qual deseja-se encontrar a representatividade.

A análise vertical é “importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo” (IUÍCIBUS, 2008, p. 83), pois avalia estruturalmente do que cada conta sintética é composta, avaliando quais itens são mais relevantes dentro do todo.

A análise horizontal é, de acordo com Ludícibus (2008), um processo que aponta a evolução das contas através dos períodos de tempo, permitindo a avaliação de tendências. Ela é feita geralmente com grupos de demonstrações de períodos subsequentes, para identificar a evolução de cada conta que “mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências” (MATARAZZO, 2010, p. 172).

Para o cálculo da análise horizontal é necessário inicialmente “estabelecer uma data-base, normalmente a demonstração mais antiga, que terá o valor índice 100. Para encontrar os valores dos próximos anos, efetuamos a regra de três para cada ano, relacionando com a data-base” (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014, p.102). Dessa forma encontra-se a evolução de cada conta no decorrer dos períodos, podendo ser feita não somente com uma única data-base, mas também um período com o anterior e assim consequentemente.

2.4.2 Indicadores

A análise através de índices é essencial para a segura interpretação das demonstrações financeiras. “Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa” (MATARAZZO, 2010, p. 81). Ou seja, os índices estabelecem relações que permitem traçar, com maior segurança, um diagnóstico da saúde organizacional.

Neste sentido, como alertam Martins, Diniz e Miranda (2014), para uma adequada análise dos índices, não se deve utilizar uma grande quantidade deles, somente os necessários para a compreensão da situação da entidade. Além disso, sugere-se a comparação dos índices, tanto no decorrer do tempo, quanto com os índices de empresas do mesmo setor. A correta utilização dessas ferramentas de análise proporciona uma interpretação mais aprofundada das demonstrações financeiras para a tomada de decisão.

Os índices mais utilizados são os de estrutura de capital, de liquidez e de rentabilidade, que serão explanados neste capítulo. Cada qual possui características específicas, mas juntos eles fornecem uma interpretação com vista de diversos ângulos das demonstrações.

2.4.2.1 Indicadores de estrutura de capital

Os índices de estrutura de capital, de acordo com Sá (2005), verificam a relação existente entre Capital Próprio e Capital de Terceiros. Para tanto, o autor conceitua Capital Próprio como sendo os recursos originados de investidores, sócios ou acionistas, ou os decorrentes dos resultados alcançados pela atividade empresarial, sendo representado pelo Patrimônio líquido. Já o Capital de Terceiros são os recursos oriundos de fora da empresa, adquiridos para financiar a atividade empresarial, e é representado pelo Passivo Exigível.

Para o cálculo dos índices de estrutura de capital, são utilizadas as fórmulas dispostas no quadro 4:

Quadro 4 – Indicadores de estrutura de capital

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento)	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 100,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada \$100,00 de Patrimônio Líquido.	Quanto menor, melhor.
Imobilização dos recursos correntes	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PL}^* + \text{ELP}^{**}} \times 100$	Que percentual dos Recursos não Correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a longo prazo) foi destinado ao Ativo Permanente.	Quanto menor, melhor.

(*) PL – Patrimônio Líquido

(**) ELP – Exigível a Longo Prazo

Fonte: Adaptado de MATARAZZO (2010)

O índice de participação de capitais de terceiros, também conhecido como grau de endividamento, relaciona diretamente as duas fontes de financiamento das organizações, o capital de terceiros e o capital próprio. Matarazzo (2010) chama atenção para uma análise financeira deste índice, pois quanto maior o quociente de endividamento, menor a liberdade para tomada de decisões financeiras, pois há uma grande dependência de terceiros. Porém essa dependência pode ser

economicamente vantajosa, como em situações onde a remuneração para ao capital de terceiros seja menor que o lucro retirado da aplicação dos recursos nas atividades empresariais. Reforçando a subjetividade da interpretação deste índice, onde deve-se levar em consideração a qualidade da dívida.

A composição do endividamento permite analisar os prazos de vencimentos das dívidas da empresa. Martins, Miranda e Diniz (2014) observam que uma empresa sólida busca em grande parte financiamentos de longo prazo, “embora não existam regras fixas, pois cada entidade possui uma estrutura de capitais que otimiza seus resultados” (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014, p.140). Ou seja, empresas com níveis de endividamento a curto prazo menores, oferecem menos riscos, porém deve-se considerar cada realidade empresarial individualmente.

Os índices de Imobilização do Patrimônio apresentam a quantia de capital próprio investido em ativos de baixa liquidez. Martins, Miranda e Diniz (2014), atentam para a situação de que, quanto uma entidade investe grande parte de seu capital próprio em ativos de baixa liquidez, sobra proporcionalmente pouco para o investimento em ativos circulantes, levando, conseqüentemente, a geração financiamentos com capitais de terceiros, para manutenção das aplicações a curto prazo.

Os indicadores de imobilização de recursos não correntes demonstram o quanto de recursos de terceiros de longo prazo foram aplicados nos ativos de menor liquidez. “É perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que o prazo seja compatível com o de duração do Imobilizado ou então que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de longo prazo” (MATARAZZO, 2010, p. 95). Ou seja, para análise deste índice, necessita-se levar em consideração outras variáveis operacionais.

Os índices de Estrutura de Capital devem ser interpretados baseando-se na constante de quando menor o quociente melhor. Eles refletem a importância de considerar variáveis operacionais diversas e específicas de cada entidade para poder interpretar corretamente os dados fornecidos pelas demonstrações financeiras. Essas variáveis se destacam na comparação entre a quantidade do endividamento e sua qualidade, fator crucial na análise desses indicadores.

2.4.2.2 Indicadores de liquidez

Os índices de liquidez, de acordo com Matarazzo (2010), confrontam os ativos com as dívidas da empresa, proporcionando a medição de quão sólida é sua base financeira. Uma entidade com bons índices de liquidez, possui uma boa capacidade de pagamento de dívidas, porém, não faz com que a empresa obrigatoriamente esteja pagando suas dívidas. A liquidação dos passivos pode não estar ocorrendo devido a ação de outras variáveis.

Os índices de liquidez são classificados como liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata, e são calculados pelas fórmulas apresentadas no quadro 5:

Quadro 5 – Indicadores de liquidez

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{RLP}^*}{\text{Passivo Circulante} + \text{ELP}^*}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + realizável a longo prazo para cada \$ 1,00 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada \$1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Disponibilidades para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.

(*) RLP – Realizável a Longo Prazo

(**) ELP – Exigível a Longo Prazo

Fonte: Adaptado de MATARAZZO (2010)

O índice de liquidez geral, mede os recursos disponíveis a curto e longo prazo da entidade, para pagamento de dívidas tanto de longo quanto de curto prazo. Mas deve ser analisado com atenção, pois, de acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014), mais que os demais índices do mesmo grupo, a liquidez geral sofre os efeitos das diferenças temporais existentes entre as contas de ativo e de passivo, portanto deve ser utilizado apenas quando possuir relevância explícita quanto aos demais.

A Liquidez corrente mede os recursos apenas a curto prazo. Ludícibus (2008) também atribui a esse índice a crítica quanto as diferenças temporais e acrescenta, em ênfase, os efeitos sofridos pela forma de avaliação dos estoques, que pode influenciar no quociente do índice devido a rotatividade do mesmo.

Os efeitos das avaliações dos estoques não estão inclusos na liquidez seca, que utiliza basicamente os disponíveis e as contas a receber para correlacionar com o passivo circulante. Porém, Ludícibus (2008) ainda ressalta o problema quanto aos prazos, mas destaca o índice de liquidez seca como um quociente de posição conservadora, devido a rotatividade dos estoques, e o elege como o preferido dos analistas.

O grupo dos índices de liquidez é completado pelo índice de liquidez imediata, que mostra a parcela do passivo circulante que pode ser liquidada imediatamente com recursos das disponibilidades. Martins, Miranda e Diniz (2014), destacam que grande parte das empresas mantêm poucos recursos alocados nas disponibilidades, por esse grupo estar sujeito aos efeitos inflacionários. Destacando ainda que este índice é pouco utilizado pelos analistas, pois os efeitos temporais têm grande influência sobre ele, pois as disponibilidades são valores em espécie (em tempo real) enquanto o passivo circulante pode ser liquidado em até 12 meses.

Os índices de liquidez devem ser interpretados baseando-se na constante de quando maior o quociente melhor. Eles refletem o quanto é necessário utilizar indicadores diversos para a análise das demonstrações, pois praticamente todos possuem críticas alocadas. Eles figuram também a importância de não utilizar muitos índices, somente os que mais se adequam a realidade da empresa. Mas as críticas não diminuem a importância de explorar esses indicadores, pois eles refletem a situação financeira quanto aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstrar a solidez da entidade.

2.4.2.3 Indicadores de rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade, representados pelo quadro 6, trazem informações para análise econômica das demonstrações financeiras. Marion (2009) destaca que o objetivo destes índices é principalmente comparar os lucros com demais itens que conservem alguma relação com ele. Desta maneira, torna-se possível indicar o grau dos ganhos da empresa.

Quadro 6 – Indicadores de rentabilidade

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$	Quanto a empresa vendeu para cada \$1,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 vendidos.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 de capital próprio investido.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de MATARAZZO (2010)

O quociente de giro do ativo, juntamente com a margem líquida, permite a análise das características dos resultados empresariais. Matarazzo (2010) ressalta que a receita de vendas analisada isoladamente não permite uma correta interpretação, é preciso compará-la, pois ela possui relação direta com os investimentos e os resultados obtidos, para somente assim poder encontrar as características dela e indicar o quanto suficiente foi o faturamento.

O indicador de rentabilidade do ativo permite, de acordo com Matarazzo (2010), observar o potencial de geração de lucro da empresa, de acordo com suas próprias atividades. Já a rentabilidade do patrimônio líquido permite o reconhecimento do retorno fornecido pela empresa para o capital próprio investido.

Os índices de rentabilidade devem ser interpretados baseando-se na constante de quando maior o quociente melhor. Eles seguem a linha dos demais índices acerca da não-interpretação isolada, podendo-se comparar com os demais indicadores da empresa, como também com os dados das demais empresas do ramo.

2.5 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO

O exame da necessidade de capital de giro em uma entidade é fundamental, pois evita descontroles inesperados do saldo de caixa, além de permitir um melhor planejamento e consequentemente beneficiar os resultados futuros. Porém a análise do capital de giro é complexa, exige diversos dados diferentes e são

inúmeras as ferramentas que auxiliam na análise. Neste capítulo será abordada a análise dinâmica do capital de giro, através do método Fleuriet.

2.5.1 Análise dinâmica do capital de giro

A análise dinâmica do capital de giro é feita com base no modelo proposto pelo Professor Francês Michael Fleuriet, com o apoio da Fundação Dom Cabral, nos anos 70. Modelo este que “fornece explicações completas e mais articuladas sobre as causas das modificações ocorridas na situação econômico-financeira das empresas” (CRUZ, BRESSAN e LAMOUNIER, 2011, p. 2).

Para tanto, conforme Machado et.al (2005, p. 3), é “necessário reclassificar as contas do balanço patrimonial em contas circulantes e não circulantes. O grupo dos circulantes se subdivide em ativos e passivos circulantes operacionais ou cíclicos e ativos e passivos circulantes financeiros ou erráticos.” Assaf Neto e Silva (2002) separam essas subdivisões do ativo e do passivo enfatizando as contas pertencentes a cada uma, conforme a figura 1:

Para melhor compreensão das divisões financeiras e operacionais, Martins, Miranda e Diniz (2014) classificam os ativos e passivos operacionais como aqueles resultantes das atividades e os financeiros como os ociosos. Ou seja, os ativos e passivos operacionais estão diretamente ligados a atividades operacionais, enquanto os financeiros são os dinheiros e os resultantes de outras fontes de financiamento.

Figura 1 – Grupos de contas para análise dinâmica do capital de giro

		ATIVO	PASSIVO		
CIRCULANTE	FINANCEIRO	Caixa e Bancos Aplicações Financeiras	Empréstimos Bancários Financiamentos Duplicatas Descontadas Dividendos e IR	FINANCEIRO	CIRCULANTE
	OPERACIONAL	Duplicatas a receber Estoques Adiantamento Despesas Exercício Seguinte	Fornecedores Salários e Encargos Impostos e Taxas Adiantamento de Clientes	OPERACIONAL	
NÃO CIRCULANTE		Realizável a Longo Prazo Permanente	Passivo Não Circulante Patrimônio Líquido	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE

Fonte: Adaptado de ASSAF NETO E SILVA (2002)

Tais segmentações do balanço são utilizadas para encontrar os saldos das ferramentas de Capital Circulante Líquido (CCL), Necessidade de Capital de Giro (NCG) e de Saldo de Tesouraria (ST).

2.5.1.1 Capital circulante líquido

Capital Circulante Líquido é “a folga financeira da empresa” (MATARAZZO, 2010, p. 194), e é representado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, conforme fórmula a seguir.

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

O saldo positivo é o ideal para as organizações, pois conforme Assaf Neto (2006), ele traz o equilíbrio financeiro, que se evidencia quanto toda a aplicação do ativo é financiada por fundos que possuem prazo de recuperação proporcional as aplicações realizadas. Ou seja, quando o capital circulante líquido é positivo, parte das aplicações realizadas no ativo circulante, são financiadas por passivos a longo prazo ou patrimônio líquido, não sendo necessária a liquidação a curto prazo de todos os financiamentos realizados.

2.5.1.2 Necessidade de capital de giro

A necessidade de capital de giro é encontrada através da diferença entre ativos e passivos cíclicos, também conhecidos como operacionais. Conforme a Fórmula:

$$\text{NCG} = \text{AC}_{\text{operacional}} - \text{PC}_{\text{operacional}}$$

Dessa forma o saldo da Necessidade de Capital de Giro informa, conforme Matarazzo (2010), o quanto de capital, além das atividades operacionais, a empresa necessita para financiar suas atividades.

Matarazzo (2010) ainda sugere que na maioria das empresas a necessidade de capital de giro é positiva, sendo que é comum as entidades necessitem de outras fontes de financiamento para sustentar suas atividades operacionais.

2.5.1.3 Saldo de tesouraria

O Saldo de Tesouraria é resultante da diferença entre ativo e passivo financeiro, conforme a fórmula:

$$ST = AC_{\text{financeiro}} - PC_{\text{financeiro}}$$

Ele “identifica o grau de utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar as necessidades de capital de giro” Machado et.al (2005, p.4). Ou seja, ele indica a o quanto a empresa possui de recursos para manter a liquidez a curtíssimo prazo, enfatizando-se que quando é negativo pode evidenciar dificuldades financeiras na entidade.

2.5.1.4 Método Fleuriet

A análise dinâmica do capital de giro proporciona eficientes e importantes informações acerca da situação líquida da empresa. Para tanto, é necessário analisar os resultados, se positivos ou negativos, do Capital Circulante Líquido, da Necessidade do Capital de Giro e do Saldo de tesouraria, conforme quadro 7:

Quadro 7 – Tipos de estrutura e situação financeira

Tipo/Item	CCL*	NCG**	ST***	Situação
I	+	-	+	Excelente
II	+	+	+	Sólida
III	+	+	-	Insatisfatória
IV	-	+	-	Péssima
V	-	-	-	Muito Ruim
VI	-	-	+	Alto Risco

(*) Capital Circulante Líquido

(**) Necessidade de Capital de Giro

(***) Saldo de Tesouraria

Fonte: MARTINS, MIRANDA E DINIZ (2014, p. 155)

Através do quadro 7, percebe-se, de acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 155 a 160), as diversas possibilidades de enquadramento de uma empresa. Assim após enquadrada analisa-se cada índice, conforme foi explicado acima, e os relacionando, entende-se a situação da empresa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se as informações quanto a metodologia do trabalho. Inicialmente descreve-se o enquadramento metodológico da pesquisa. Em seguida, são delineados os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. O capítulo é então finalizado com o destaque das limitações da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que diz respeito a tipologia da pesquisa quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva. Pois nesta técnica, de acordo com Andrade (2007 p. 112) “os fatos são observados, registrados analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.” Dessa forma, a pesquisa descreverá a análise dos reflexos econômico-financeiros da certificação de filantropia na entidade estudada.

A pesquisa classifica-se como qualitativa, pois realiza descrições e comparações dos dados apurados.

Vianna (2001, p. 122) ressalta:

na pesquisa qualitativa você analisará cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações causas, efeitos, consequências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente, envolve múltiplos aspectos. Procederá a descrição contextualizada e geral da abordagem escolhida, utilizando propostas de investigação breves, relevantes.

Dessa forma, é reforçado a classificação como qualitativa, pois a pesquisa analisará os dados, buscando identifica-los e entende-los.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como bibliográfica, pois de acordo com Martins e Lintz (2007), esse tipo de pesquisa busca discutir o tema e o problema baseando-se em referenciais teóricos. As referências são encontradas em livros, revistas, periódicos e demais fontes seguras de pesquisas que tragam contribuições científicas sobre o tema.

Também é utilizada, diretamente na entidade filantrópica objeto de estudo, a técnica de estudo de caso, onde é executado, de acordo com Viana (2001, p. 140),

“um estudo detalhado, profundo e exaustivo de um objeto ou situação, contexto ou indivíduo, uma única fonte de documentos, acontecimentos específicos e outras situações, sempre de forma a permitir o entendimento de sua totalidade.” Essa técnica possibilita a análise profunda da situação e o alcance dos objetivos.

Para a viabilidade das técnicas anteriores, é utilizada a pesquisa documental, que de acordo com Martins e Lintz (2007, p. 22) “se assemelha a pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos etc. -, mas busca material que não foi editado” Dentre os documentos a serem utilizados, elencam-se as demonstrações financeiras, principal fonte de dados desta pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para diagnosticar os reflexos trazidos pela certificação de entidade beneficente de assistência social na entidade alvo do estudo de caso serão utilizados dados documentais da entidade. Os principais documentos utilizados são as demonstrações financeiras auditadas dos últimos anos, que serão alvo de análises gerenciais.

Para complementar o estudo serão utilizados dados gerenciais específicos que permitam a distinção dos tributos pagos e percentuais de isenção, permitindo a distinção dos reflexos tributários da filantropia. Além desses dados serão analisados também os demais documentos gerenciais que permitam a avaliação dos recursos capitados, para a posterior distinção do nível contribuição do CEBAS para captação de tais recursos.

Constituirão o objeto da pesquisa também os documentos protocolados para a obtenção e renovação do CEBAS da entidade. Destacam-se nesta relação os relatórios de atividade, onde constam as informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos para tais procedimentos.

Todas as informações documentais serão recolhidas após o mês de fevereiro de 2015, mês que se realizará a auditoria na entidade. Esse procedimento será realizado para utilização dos dados do ano de 2014 já conferidos. Com todos os dados analisados e catalogados, será possível reconhecer os reflexos ocorridos na entidade com a existência da filantropia. E assim elaborar demonstrativos complementares exemplificando o caso da entidade em questão não possuir o CEBAS, e assim poder comparar estatisticamente os reflexos da certificação

4 ESTUDO DE CASO

Este capítulo designa-se a apresentar o estudo de caso, que destaca e analisa os reflexos das certificações e titulações públicas federais concedidas a um hospital do sul de Santa Catarina.

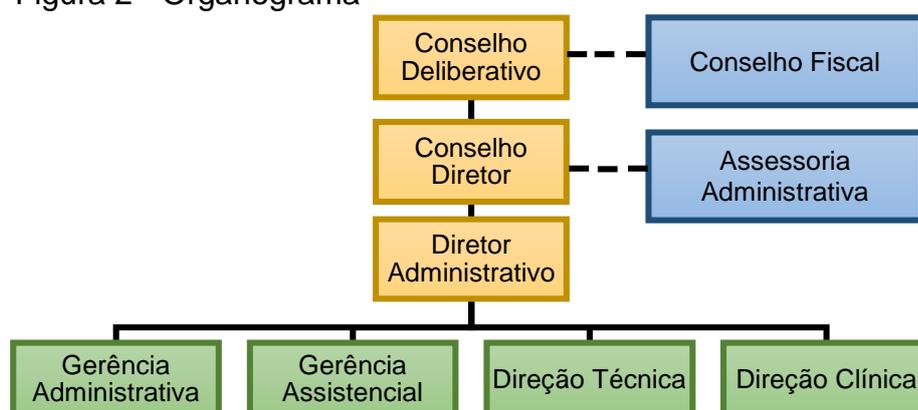
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade objeto do estudo de caso é uma fundação hospitalar de pequeno porte, localizada no sul de Santa Catarina, e será chamada para fins deste estudo apenas de Hospital. O Hospital foi fundado no ano de 1980 por uma associação de mesmo nome, e desde então é o principal ponto de atendimento de saúde pública de duas cidades, que juntas somam mais de 60 mil habitantes, além de atender, quando necessário, a população de toda a região em que se encontra.

O objetivo do hospital é oferecer assistência médica e hospitalar à população. Seus trabalhos são desenvolvidos buscando melhoria contínua na qualidade e produtividade, assegurando-se do crescimento e do desenvolvimento constante de suas atividades, com vista na diversificação dos serviços oferecidos à comunidade.

Atualmente o hospital conta a seguinte hierarquia institucional:

Figura 2 - Organograma



Fonte: Adaptado: Organograma Institucional

A gestão da entidade é composta principalmente por três conselhos, o conselho deliberativo, o conselho diretor e o conselho fiscal, cujos integrantes são alterados a cada três anos, seguindo as regras dispostas no estatuto. Os conselhos

constituem o topo da hierarquia, de acordo com o organograma da Fundação, seguidos pelo diretor administrativo e em sequência pelas gerências e diretorias, conforme mostra a Figura 2.

A gerencia administrativa coordena as funções de administração, a assistencial, os serviços de assessoramento aos serviços fins (como nutrição, farmácia e enfermagem), a direção técnica é responsável pelo Pronto Socorro e por fim a direção clínica pelo corpo clínico do hospital, ou seja, os médicos. Assim percebe-se que cada gerência, ou direção, engloba funções específicas, mas que juntas originam a atividade fim da instituição.

4.2 SERVIÇOS

O Hospital presta serviços em diversas áreas da saúde, atuando em diferentes áreas da medicina, além de prestar serviços de exames. Os serviços oferecidos pela instituição são classificados da seguinte forma:

Figura 3 - Serviços prestados



Fonte: Elaborado pela autora

Além destas áreas de atuação o Hospital ainda presta serviços de radiologia, eletrocardiografia, endoscopia e fisioterapia. Ademais, o Hospital desenvolve, junto a população, campanhas e eventos para prevenção de doenças, conscientização e integração com o hospital, visando estreitar os laços com a comunidade.

Percebe-se que as áreas da saúde onde o Hospital atua são bem diversificadas, porém são apenas especialidades básicas, principalmente pelo motivo de não haver Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Dessa forma, o hospital não

presta serviços a pacientes com necessidades mais específicas, como a oncologia ou cirurgias avançadas que necessitem de UTI, entre outras áreas.

4.3 CONVÊNIOS E RECURSOS

As fontes de recursos do Hospital são divididas em diversas formas, não estando todas elas ligadas diretamente a quantidade de procedimentos executados. As fontes de receitas podem ser classificadas da seguinte forma:

Quadro 8 – Classificação receitas da entidade

Tipo de Receita	Fonte de Recursos	Forma de Recebimento
Contratualização (SUS)	Secretaria Estado da Saúde – Convênio	Valor fixo pago mensalmente – renovado anualmente conforme cumprimento de metas anuais de procedimentos
Incentivo a Contratualização (SUS)	Secretaria Estado da Saúde	De acordo com a contratualização
AIH – Cirurgia campanha (SUS)	Secretaria Estado da Saúde	De acordo com a contratualização - Pagamento por procedimento conforme tabela SUS
APAC (SUS)	Secretaria Estado da Saúde	De acordo com a contratualização - Pagamento por procedimento conforme tabela SUS
Convênio Prefeitura Municipal	Municipal – Convênio	Valor fixo pago mensalmente – renovado anualmente conforme projeto de lei aprovado pela câmara de vereadores
Eventos e Promoções	Diversos	De forma específica em cada evento ou promoção
Planos de Saúde	Particular – Contrato	Por procedimento conforme tabela do plano contratado
Particular	Particular	Por procedimento conforme tabela do Hospital
Doações	Particular	Conforme pretensão do doador
Convênio com o poder público – projetos	União, Estado e Município – Através da submissão de projetos	De acordo com dados do projeto

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o quadro 8, percebe-se que, das fontes de recursos, quatro são relacionadas ao SUS, formando juntas a principal fonte de recursos do Hospital, responsável no exercício de 2014 por mais de 50% do total do faturamento. Tais receitas são provenientes do orçamento da União, que distribui aos estados, que por sua vez repassam aos hospitais conforme contratos e convênios celebrados. Após as receitas do SUS, os recursos provenientes do governo municipal são responsáveis por mais de 20% do faturamento.

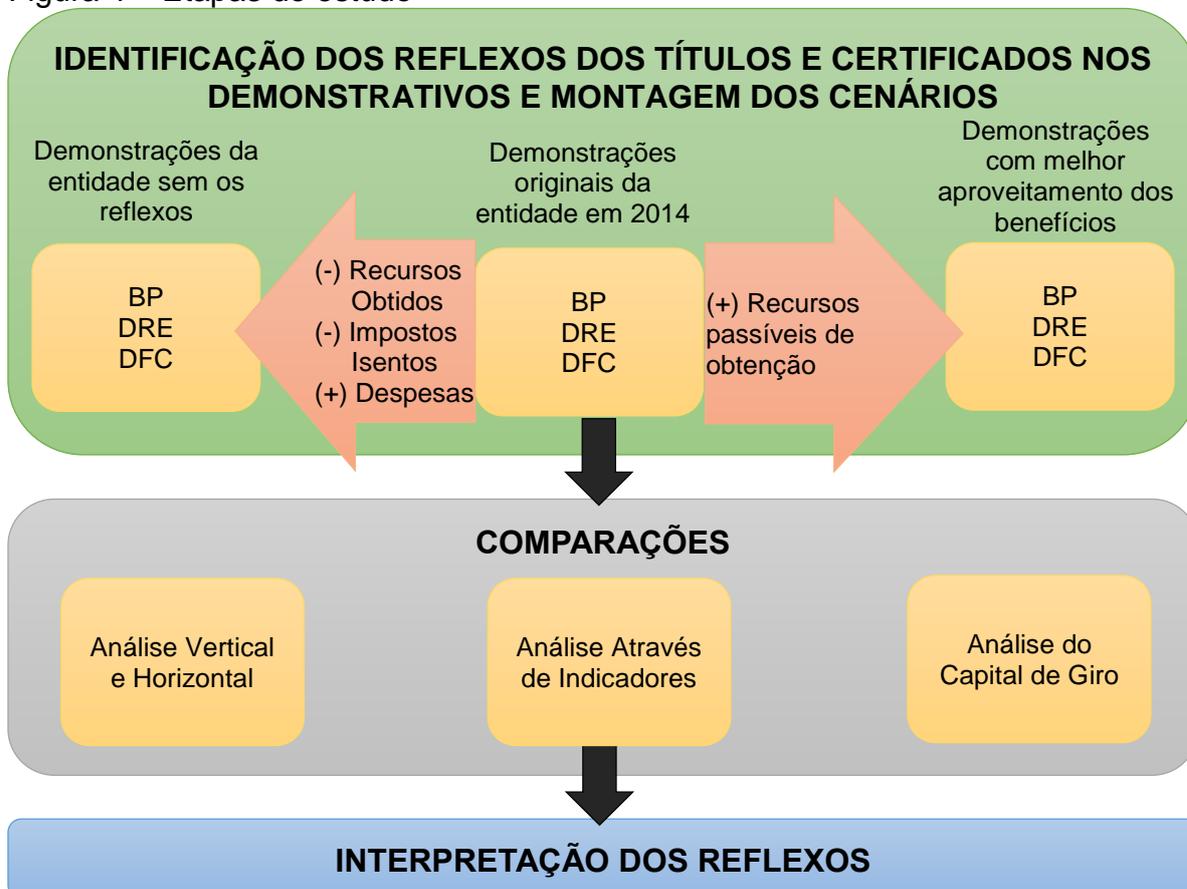
Os restantes dos recursos são divididos entre particulares, eventos e promoções, e projetos, dessa forma não são valores constantes mensalmente, pois dependem da aleatoriedade das atividades, dos procedimentos e das aprovações governamentais (nos casos dos projetos).

Observa-se que apenas 4 das 10 fontes de recursos estão ligadas diretamente aos procedimentos realizados. O restante são valores fixos ajustados anualmente, ou dependem de outras variáveis. Assim, percebe-se que a entidade de estudo possui uma vasta cartela de receitas, o que torna amplo e detalhado o estudo das receitas da entidade.

4.4 ETAPAS DO ESTUDO

Para elaborar o estudo de caso do hospital, visando identificar e analisar os reflexos do Título de Utilidade Pública Federal e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no Hospital, serão seguidas as seguintes etapas:

Figura 4 – Etapas do estudo



Fonte: Elaborado pela autora

Para a análise dos reflexos causados pelo título e pelo certificado na entidade, serão projetados dois cenários a partir das demonstrações originais. Inicialmente, em posse das demonstrações e de dados administrativos da competência 2014, serão ajustados nas demonstrações os benefícios obtidos através do CEBAS e do Título de Utilidade Pública, benefícios estes que podem ser resumidos em isenções de impostos e algumas fontes de recursos. Esses ajustes darão origem as demonstrações financeiras do cenário 2, onde a entidade não possua nenhum título ou certificado que lhe traga benefícios.

Feito a simulação do cenário 2, serão analisados os benefícios que os títulos e certificados poderiam ter apresentado para a entidade, mas que não foram usufruídos em função de impedimentos pontuais. Tais benefícios serão mensurados e ajustados às demonstrações originais, dando origem a novas demonstrações financeiras, o cenário 3, onde os benefícios concedidos pelos títulos e certificados sejam melhores aproveitados.

A segunda etapa será realizada através da comparação entre os três cenários, aplicando os métodos de análise das demonstrações financeiras selecionados. Serão utilizadas as análises verticais e horizontais, os indicadores de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, e a análise dinâmica do capital de giro.

Com a aplicação das ferramentas de análise, será então possível adentrar na terceira e última etapa do estudo de caso, a análise e interpretação dos dados obtidos. Conseqüentemente poderá ser respondido o problema em questão, mostrando quais foram os reflexos econômico-financeiros ocorridos no Hospital com o Título de Utilidade Pública Federal e com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

4.5 CENÁRIOS PROJETADAS PARA ANÁLISE

Neste capítulo serão identificados e mensurados os benefícios provenientes dos títulos e certificados federais no Hospital, para tanto serão utilizados 3 cenários. O primeiro cenário possui os dados originais da entidade no ano de 2014, o segundo é ajustado de forma a simular caso a entidade não possuísse nenhum certificado ou título federal no mesmo ano, e o terceiro ajusta os dados originais de forma a projetar uma situação com os benefícios que poderiam ser usufruídos, mas

que não foram por diversas razões. Tais cenários tornarão possíveis a análise dos reflexos possíveis dos títulos e certificados nas demonstrações financeiras.

4.5.1 Cenário 1 – Demonstrações financeiras originais

O cenário 1 apresenta as demonstrações financeiras originais da entidade no ano de 2014, sem nenhuma alteração ou ajuste, para posteriormente ser comparada com os demais cenários projetados. Ela serve também de base para a projeção dos demais cenários, que são desenvolvidos a partir da competência 2014.

4.5.2 Cenário 2 - Simulação das demonstrações financeiras sem títulos ou certificados

Inicialmente para análise dos reflexos já causados pelos títulos e certificados nas demonstrações financeiras do Hospital, foram selecionados os impostos isentos pela certificação do CEBAS, representado basicamente pelo INSS patronal, que é isento e registrado como tal desde julho de 2012.

Outros valores a serem ajustados nas demonstrações referem-se a receitas ocorridas em 2014 com venda em bazar de produtos apreendidos pela Receita Federal. Tais produtos só foram adquiridos por meio do título de utilidade pública federal e refletiram em cerca de 80% nas outras receitas. Dessa forma os reflexos já causados pelos títulos e certificações na entidade podem ser mensurados da seguinte forma:

Tabela 2 – Mensuração dos reflexos causados pelos títulos e certificações na entidade

Impostos Isentos	Valor do Benefício
INSS Patronal Empregados 2014	552.095,91
INSS Patronal Terceiros 2014	167.006,04
INSS Patronal Empregados 2012-2013.	879.358,02
INSS Patronal Terceiros 2012-2013	154.786,75
Recursos Obtidos	Valor do Benefício
Líquido bazar com produtos apreendidos da Receita Federal	247.733,05

Fonte: Elaborado pela autora

Na posse destes dados ajusta-se as demonstrações. Com esses ajustes tem-se então a projeção de um novo cenário, livre de todos os reflexos causados pelo

CEBAS e pelo título de utilidade pública federal na entidade, mostrando então como seria a situação da instituição sem os certificados e títulos federais.

4.5.3 Projeção cenário 3 - Simulação das demonstrações financeiras com melhor aproveitamento dos benefícios de títulos e certificados

Atualmente os certificados e títulos trazem mudanças econômico-financeiras ao hospital apenas no que tangem os impostos, sendo pequenas as receitas adquiridas com auxílio deles. Esse fato ocorre principalmente devido aos requisitos nas avaliações de projetos, políticas e programas governamentais, pois eles são cumulativos e exigem a certidão negativa da parte requerente.

Todavia o histórico da fundação apresenta dívidas com entes da federação que se acumularam em diversos períodos, impossibilitando a emissão de certidão negativa de débitos. Esta circunstância impossibilita a aquisição de diversos recursos destinados pelos governos aos hospitais, criando assim uma barreira para o desenvolvimento e crescimento do Hospital.

Dessa forma, o Hospital já tomou providências para obtenção das certidões negativas de débitos solicitando a adesão ao PROSUS, (Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde). Este programa busca redimir as dívidas com entes da federação, fornecendo certidão negativa de débitos, conforme figura 5.

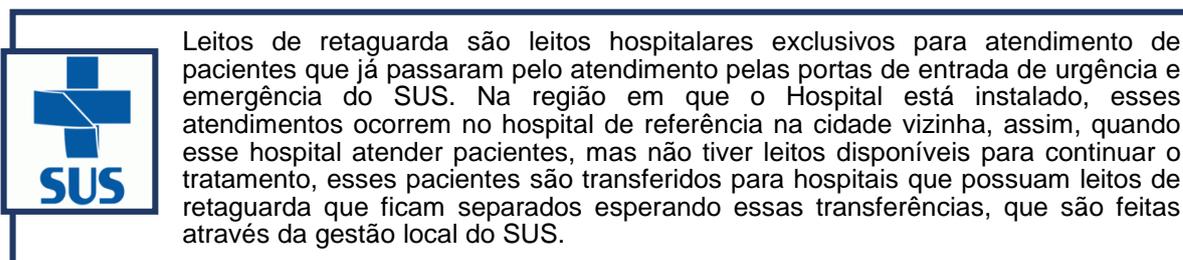
Figura 5 - PROSUS



Fonte: Adaptado Carrijo (2014)

O Hospital teve sua grave situação econômico-financeira comprovada, e a ampliação da oferta de serviços foi proposta pelo gestor local através de leitos de retaguarda, programa que concederá, conforme planejamento administrativo, um lucro mensal de em média 70.000,00. Com este lucro, a entidade terá a capacidade econômico-financeira de pagar os impostos mensais durante a vigência do PROSUS.

Figura 6 – Leitos de retaguarda



Fonte: Elaborado pela autora

Tais projetos ainda estão sendo analisados, mas, para a simulação do cenário 3, utiliza-se a preposição de que o PROSUS tenha sido aprovado e esteja em vigor desde abril de 2014. Tudo isso possibilitaria a obtenção da certidão negativa, podendo assim arrecadar recursos, dentre diversas fontes, através de emendas parlamentares.

Em 2014, os deputados de nossa região trouxeram através desses tipos de emendas em média R\$ 300.000,00 para instituições de saúde, recursos estes que se

destinam principalmente para estruturação das unidades de saúde, ou seja, aquisição de equipamento. Dessa forma, baseando-se nessa média, supõe-se que em 2014, em posse das certidões negativas, seria possível a arrecadação de R\$ 300.000,00 por meio de submissão de projetos para emendas parlamentares, valores esses que refletem diretamente nas demonstrações financeiras.

Dessa forma simula-se o cenário 3, tendo-se uma melhor visão de outras mudanças que os títulos e certificados podem cometer em uma entidade. Dessa forma projeta-se um balanço fictício tendo como base o ano de 2014, sugerindo-se que a fundação possuísse certidões negativas de débito a partir de abril de 2014, em virtude da aprovação do PROSUS. Assim, considera-se a aquisição de recursos oriundos de projetos submetidos a avaliação neste ano e de leitos de retaguarda, além das remissões de dívidas antigas.

4.6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo designa-se a analisar os dados obtidos através dos cenários 1, 2 e 3 aplicando os métodos de análise através de análise horizontal e vertical, indicadores, capital de giro e finalizando com uma análise integrada.

4.6.1 Análise do balanço patrimonial

Ajustando os reflexos propostos, forma-se três cenários, passíveis de comparação entre si. Inicialmente, para uma comparação geral das mudanças entre os cenários, aplica-se o método de análise horizontal. O balanço patrimonial dos três cenários, já com a aplicação das análises horizontais, é demonstrado no quadro 9.

Comparando-se horizontalmente os três cenários propostos têm-se mudanças pontuais e de grande destaque. No ativo da entidade destaca-se principalmente o aumento das disponibilidades no cenário 3, fato causado principalmente pela participação na política de leitos de retaguarda. Além disso o aumento de 2% no imobilizado também merece ressaltar, pois só ocorreu devido a obtenção da certidão negativa, por tratar-se de recursos de emenda parlamentar, que nos cenários 1 e 2 são impossíveis de obtenção.

Quadro 9 – Balanço patrimonial

	CENÁRIO 1	AV%**	CENÁRIO 2	AV%**	AH%*	CENÁRIO 3	AV%**	AH %*
ATIVO								
CIRCULANTE	1.532.242,45	14%	1.532.242,45	14%	0%	1.663.290,90	14%	9%
Caixa e equivalentes de caixa	378.419,68	25%	378.419,68	25%	0%	509.468,13	31%	35%
Créditos de convênios	975.811,32	64%	975.811,32	64%	0%	975.811,32	59%	0%
Estoques - materiais e medicamentos	167.397,47	11%	167.397,47	11%	0%	167.397,47	10%	0%
Outras contas a receber	10.613,98	1%	10.613,98	1%	0%	10.613,98	1%	0%
NÃO CIRCULANTE	9.616.925,98	86%	9.616.925,98	86%	0%	9.899.336,94	86%	3%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.864,66	0,3%	25.864,66	0,3%	0%	25.864,66	0,3%	0%
Depósitos judiciais	25.864,66	0,3%	25.864,66	0,3%	0%	25.864,66	0,3%	0%
INVESTIMENTOS	22.352,81	0,2%	22.352,81	0,2%	0%	22.352,81	0,2%	0%
IMOBILIZADO	13.536.942,46	141%	13.536.942,46	141%	0%	13.836.942,46	140%	2%
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADA	-3.968.233,95	-41%	-3.968.233,95	-41%	0%	-3.985.822,99	-40%	0%
TOTAL DO ATIVO	11.149.168,43	100%	11.149.168,43	100,00%	0%	11.562.627,84	100,00%	4%
PASSIVO								
CIRCULANTE	3.776.121,62	34%	5.777.101,39	52%	53%	2.990.175,02	26%	-21%
Fornecedores	1.572.346,09	42%	1.572.346,09	27%	0%	1.572.346,09	53%	0%
Salários a pagar	188.324,33	5%	188.324,33	3%	0%	188.324,33	6%	0%
Impostos, taxas e contribuições	854.478,87	23%	2.607.725,59	45%	205%	68.532,27	2%	-92%
Empréstimos e financiamentos	671.448,44	18%	919.181,49	16%	37%	671.448,44	22%	0%
Provisões de férias e encargos	379.419,45	10%	379.419,45	7%	0%	379.419,45	13%	0%
Outras obrigações	110.104,44	3%	110.104,44	2%	0%	110.104,44	4%	0%
NÃO CIRCULANTE	17.404.503,73	156%	17.404.503,73	156%	0%	17.209.056,04	149%	-1%
Impostos, taxas e contribuições	15.966.862,25	92%	15.966.862,25	92%	0%	150.050,16	0,9%	-99%
Impostos a compensar PROSUS						15.621.364,40	90%	
Empréstimos e financiamentos	152.021,51	0,9%	152.021,51	0,9%	0%	152.021,51	0,9%	0%
Doações/subvenções para investimentos	1.246.497,47	7%	1.246.497,47	7%	0%	1.246.497,47	7%	0%
Outras obrigações	39.122,50	0,2%	39.122,50	0,2%	0%	39.122,50	0,2%	0%
PASSIVO A DESCOBERTO	(10.031.456,92)	-90%	(12.032.436,69)	-108%	20%	(8.636.603,22)	-75%	-14%
Patrimônio institucional	9.249.320,97	-92%	9.249.320,97	-77%	0%	9.249.320,97	-107%	0%
Déficit acumulados	(18.029.369,47)	180%	(19.063.514,24)	158%	6%	(18.029.369,47)	209%	0%
Déficit do exercício	(1.251.408,42)	12%	(2.218.243,42)	18%	77%	143.445,28	-2%	-111%
TOTAL DO PASSIVO	11.149.168,43	100%	11.149.168,43	100%	0%	11.562.627,84	100%	4%

(*) AH – Análise horizontal, data base cenário 1

(**) AV – Análise Vertical

Fonte: Elaborado pela autora

Quando se compara o passivo têm-se mais pontos de destaques entre os cenários. A conta que possui mais variações é a de impostos, taxas e contribuições em curto prazo, que aumentou em 205,18% no cenário 2, devido a inexistência das isenções, e diminuiu em 92% no cenário 3, devido a transferências para longo prazo dos impostos passíveis de moratória e possibilidade de pagamento dos demais em função de melhores disponibilidades no mesmo cenário. Já a longo prazo os impostos, taxas e contribuições diminuíram em 99% no cenário 3, devido a transferência dos valores para a conta Impostos em moratória PROSUS, que já está em valores líquidos com as moratórias concedidas durante o período.

Outro valor que se evidencia no passivo está nos empréstimos e financiamentos, que teve um aumento de 37% no cenário 2. Isso deve-se ao reflexo das receitas com bazar de produtos apreendidos com a receita federal, pois, como no cenário 1 esse valor já havia sido gasto, no cenário 2 ele foi projetado como empréstimo devido a necessidade desses recursos para manter a entidade.

Analisando o balanço patrimonial percebe-se o CEBAS e o título de utilidade pública federal refletem principalmente na tributação e nas disponibilidades da instituição, devido principalmente por meio das isenções e recursos adquiridos.

4.6.2 Análise da demonstração do resultado do exercício

Os três cenários, quando comparados entre si na demonstração do resultado do exercício, conforme quadro 10, trazem informações cruciais para o entendimento dos principais reflexos dos títulos e certificados na instituição, pois eles estão diretamente ligados as receitas institucionais. Os cenários estão demonstrados no quadro 10 já com as respectivas análises horizontais.

Na DRE percebe-se pontos cruciais dos reflexos entre os três cenários. As receitas no cenário 2 diminuíram em 7%, devido as isenções de INSS patronal que não são mais usufruídas (causando redução de 76% na conta específica). No cenário 3, porém, elas aumentaram em 25%, reflexo positivo que é causado pelos recebimentos com leitos de retaguarda (31% em Receita de serviços por convênios) e pelos recursos recebidos através de emendas parlamentares (R\$ 300.000,00 em Outros auxílios e subvenções). As despesas também aumentaram no cenário 3 em 12% devido as despesas médias com leitos de retaguarda.

Quadro 10 – Demonstração do resultado do exercício

	CENÁRIO 1	AV%**	CENÁRIO 2	AV%**	AH%*	CENÁRIO 3	AV%**	AH %*
RECEITAS COM SAÚDE								
Sem Restrições	9.813.599,26	100%	9.094.497,31	100%	-7%	12.275.009,96	100%	25%
Receita de serviços por convênios	5.581.394,99	57%	5.581.394,99	61%	0%	7.291.394,99	59%	31%
Receita de serviços externos	662.627,80	7%	662.627,80	7%	0%	662.627,80	5%	0%
Subvenção municipal	2.478.924,04	25%	2.478.924,04	27%	0%	2.478.924,04	20%	0%
Receitas de Isenção	943.417,36	10%	224.315,41	2%	-76%	943.417,36	8%	0%
Compensações PROSUS						451.410,70	4%	
Outros auxílios e subvenções	147.235,07	2%	147.235,07	2%	0%	447.235,07	4%	204%
CUSTEIOS DE SAÚDE	-9.196.885,12	-94%	-9.196.885,12	-101%	0%	-10.276.885,12	-84%	12%
Despesas de pessoal e encargos	(3.865.711,28)	-39%	(3.865.711,28)	-43%	0%	(4.319.665,87)	-35%	12%
Despesas com profissionais médicos	(4.063.905,63)	-41%	(4.063.905,63)	-45%	0%	(4.541.134,39)	-37%	12%
Despesas com materiais e medicamentos	(1.267.268,21)	-13%	(1.267.268,21)	-14%	0%	(1.416.084,86)	-12%	12%
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL	616.714,14	6%	(102.387,81)	-1%	-117%	1.998.124,84	16%	224%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.043.390,71)	-11%	(1.291.123,76)	-14%	24%	(1.060.979,75)	-9%	2%
Outras receitas	307.770,31	3%	60.037,26	1%	-80%	307.770,31	3%	0%
Despesas gerais e administrativas	(1.351.161,02)	-14%	(1.351.161,02)	-15%	0%	(1.368.750,06)	-11%	1%
RESULTADO FINANCEIRO	(824.731,85)	-8%	(824.731,85)	-9%	0%	(793.699,81)	-6%	-4%
Receitas financeiras	7.418,42	0,1%	7.418,42	0,1%	0%	7.418,42	0,1%	0%
Despesas financeiras	(832.150,27)	-8%	(832.150,27)	-9%	0%	(801.118,23)	-7%	-4%
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.251.408,42)	-13%	(2.218.243,42)	-24%	77%	143.445,28	1%	-111%

(*) AH – Análise horizontal, data base cenário 1

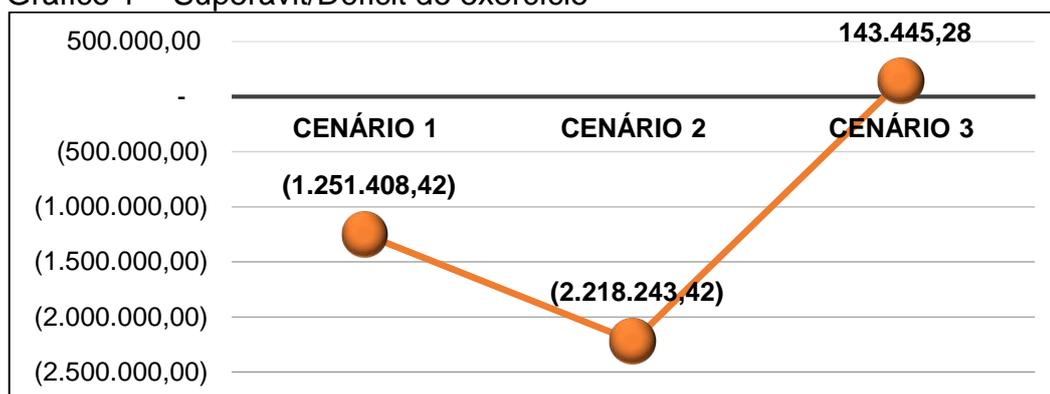
(**) AV – Análise vertical

Fonte: Elaborado pela autora

Essas mudanças refletiram diretamente no superávit/déficit operacional, que no cenário 2 diminuiu cerca de 117%, passando de superávit para déficit. Essa variação ressalta que no cenário 1 essa conta só se mantinha positiva em função das isenções obtidas, receita essa que é somente contábil, e não existe no fluxo financeiro por não ser recebimentos de atividades operacionais, causando assim uma distorção considerável.

O resultado do exercício teve sua variação bem acentuada, conforme demonstra o gráfico 1. No segundo cenário o déficit aumentou em 77%, já no cenário 2, ele se inverteu em um superávit de R\$ 143.455,28. Tais valores ainda refletiram da mesma forma no passivo da entidade.

Gráfico 1 – Superávit/Déficit do exercício



Fonte: Elaborado pela autora

A variação do resultado ocorreu principalmente devido a variação das receitas. Todas as receitas são primordiais, porém ressalta-se a receita de serviços por convênios, que, além de aumentar no cenário 3, representa em todos os cenários a receita majoritária, ultrapassando os 57% das receitas totais em todos os casos, mostrando o quanto as parcerias com o governo são importantes para a entidade.

A partir dessas informações, percebe-se a grande influência dos títulos e certificados nas receitas de entidade e o quanto sua grande variação afeta todos os demais resultados. Fator que necessita de grande avaliação para garantir o desenvolvimento da entidade.

4.6.3 Análise do fluxo de caixa

A última demonstração a ser analisada reflete dados financeiros da entidade, dispostos no fluxo de caixa. Os três cenários organizados no quadro 11, mostram novamente o quanto os impostos são modificados conforme a utilização dos benefícios dos títulos e certificados, pois no cenário 3, diferente de todos os outros, houve uma redução nos impostos, taxas e contribuições, tudo isso em virtude da maior aquisição de recursos e conseqüentemente maior capacidade de pagamento.

Quadro 11 – Fluxo de caixa

	Cenário 1	Cenário 2	AH %*	Cenário 3	AH%*
ATIVIDADES OPERACIONAIS	561.947,23	314.214,18	-44%	992.995,68	77%
Déficit do exercício	(1.251.408,42)	(2.218.243,42)	77%	143.445,28	-111%
Ajustado por:					
Ajustes de exercícios anteriores	10.311,47	10.311,47	0%	10.311,47	0%
Depreciação	559.056,32	559.056,32	0%	576.645,36	3%
Variações nos ativos e passivos					
Variação de Créditos de convênios	(315.464,82)	(315.464,82)	0%	(315.464,82)	0%
Variação de Estoques	(40.351,23)	(40.351,23)	0%	(40.351,23)	0%
Variação de Outras contas a receber	(1.020,18)	(1.020,18)	0%	(1.020,18)	0%
Variação de Depósitos judiciais	(717,73)	(717,73)	0%	(717,73)	0%
Variação de Fornecedores	556.404,17	556.404,17	0%	556.404,17	0%
Variação de Salários a pagar	4.438,96	4.438,96	0%	4.438,96	0%
Variação de Impostos taxas e contribuições	979.012,77	1.698.114,72	73%	(2.381,52)	-100%
Variação de Provisão de férias e encargos	16.009,25	16.009,25	0%	16.009,25	0%
Variação de outras obrigações	45.676,67	45.676,67	0%	45.676,67	0%
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(136.777,31)	(136.777,31)	0%	(436.777,31)	219%
Variação do Imobilizado	(136.777,31)	(136.777,31)	0%	(436.777,31)	219%
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(234.962,22)	12.770,83	-105%	(234.962,22)	0%
Variação dos Empréstimos e financiamentos	(174.924,96)	72.808,09	-142%	(174.924,96)	0%
Variação de Doações/subvenções para investimento	(60.037,26)	(60.037,26)	0%	(60.037,26)	0%
VARIAÇÃO DISPONIBILIDADES	190.207,70	190.207,70	0%	321.256,15	69%
Disponibilidades no início do exercício	188.211,98	188.211,98	0%	188.211,98	0%
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	378.419,68	378.419,68	0%	509.468,13	35%

(*) AH – Análise horizontal, data base cenário 1

Fonte: Elaborado pela autora

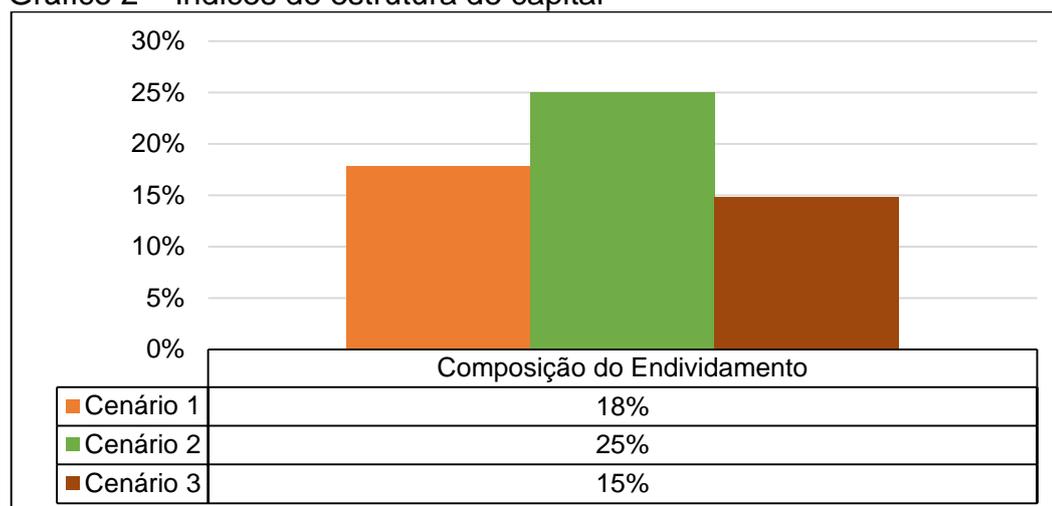
Destaca-se também a percepção no cenário 3 da aquisição de imobilizados, aumentando 219%, e os empréstimos no cenário 2, que aumentaram, enquanto nos outros cenários houve redução. Por fim, o principal destaque trata-se do saldo final das disponibilidades, que no cenário 3 teve um aumento de 35%,

relacionado ao que já foi analisado nos outros demonstrativos, que se refere principalmente ao aumento nas aquisições de recursos durante o período.

4.6.4 Análise através dos indicadores

Aplicando os índices nos dados obtidos dos três cenários, têm-se informações importantes para a interpretação dos reflexos econômico-financeiros dos títulos e certificados na entidade. Inicialmente os índices de estrutura de capital tornam-se em sua parte sem significado, pois o patrimônio institucional é negativo em todos os cenários, o que demonstra que todas as atividades são financiadas por capital de terceiros. Porém ainda se torna essencial a análise da composição do endividamento conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Índices de estrutura de capital



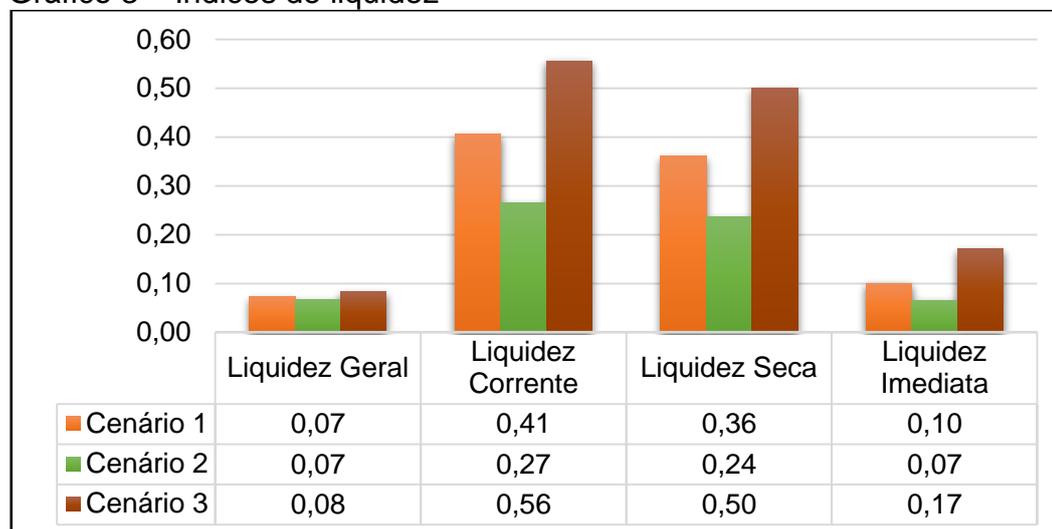
Fonte: Elaborado pela autora

A partir dele percebe-se que o endividamento a curto prazo da entidade aumentou consideravelmente apenas no cenário 2, estando em 25%. Nos demais cenários as dívidas a curto prazo representam 18% e 15%, sendo nestes cenários as dívidas compostas principalmente por fornecedores, ou seja, são obrigações primordiais para entidade, mas que precisam ser mantidas em dia.

Os índices de liquidez evidenciam que a entidade não se encontra com liquidez suficiente para saldar suas dívidas. Pois, conforme demonstra o gráfico 3, em todos os cenários, todos os índices encontram-se abaixo de 1, ou seja, para cada um

real de dívida, a entidade possui muito menos que um real para paga-las. Essa situação exige atenção, pois é considerada grave.

Gráfico 3 – Índices de liquidez

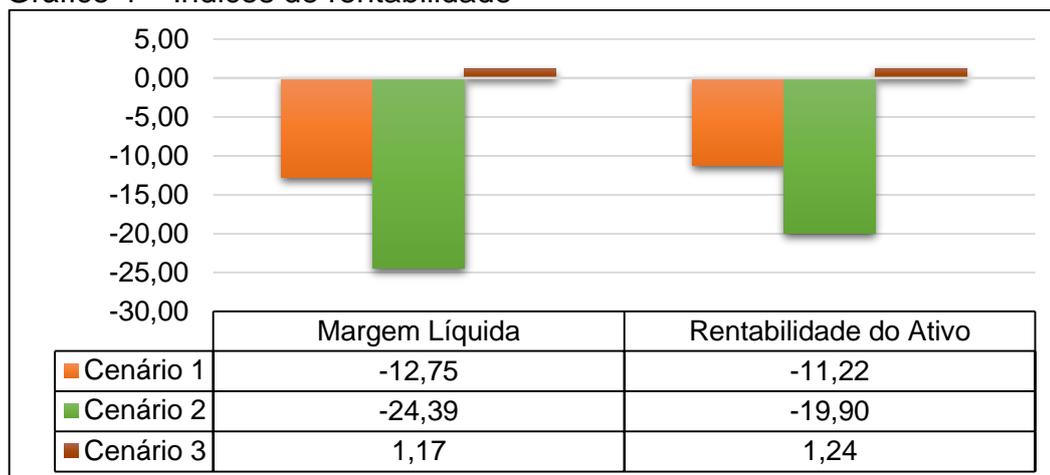


Fonte: Elaborado pela autora

A liquidez encontra-se em situação ainda mais delicada nos cenários 1 e 2, onde a dívida com tributos é grande. Neste caso sente-se a grande influência dos fornecedores na soma das obrigações a pagar, sendo ele um dos principais influentes na liquidez do Hospital, pois é responsável por 53% das obrigações a curto prazo. No cenário 3, a situação melhora significativamente, mas não o suficiente para a liquidez ser satisfatória.

A rentabilidade, por sua vez, obteve uma melhora considerável no cenário 3, melhora essa suficiente para tornar a entidade rentável, conforme mostra o gráfico 4. Essa situação mostra que o superávit no cenário 3 foi o principal agente da recuperação da rentabilidade do ativo e da margem líquida, mostrando o quanto a entidade melhorou economicamente. Já no cenário 2 a rentabilidade fica ainda mais negativa, devido ao aumento do déficit.

Gráfico 4 – Índices de rentabilidade



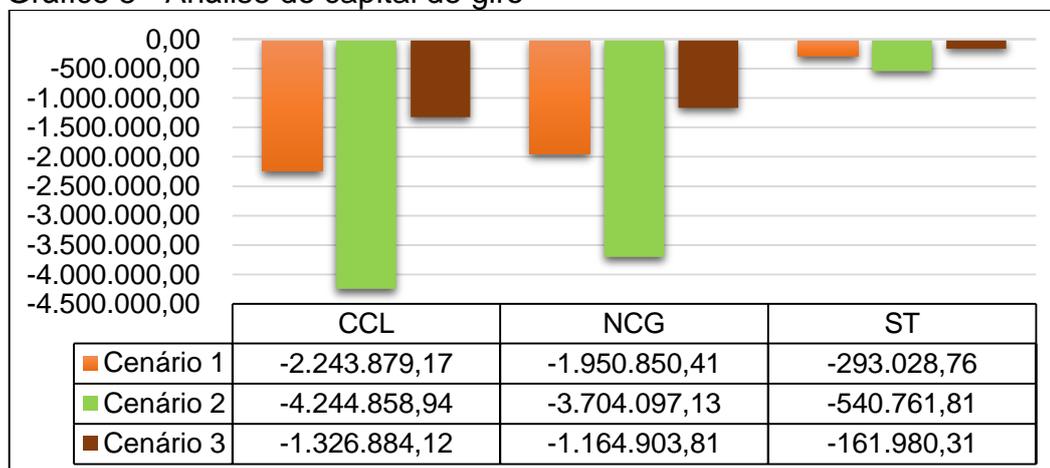
Fonte: Elaborado pela autora

É nítida a uniformidade da variação entre os três cenários em todos os indicadores. O cenário 2 apresenta uma piora em relação ao cenário 1, enquanto o cenário 3 apresenta melhora em todos os índices. Dessa forma percebe-se o quanto as variações afetam de forma generalizada as demonstrações, afetando elas tanto de forma econômica, quanto financeira.

4.6.5 Análise do capital de giro

Analisando o capital de giro da entidade, tem-se os valores descritos do gráfico 5. Percebe-se brusca diminuição da CCL, da NCG e do ST no cenário 2, sendo que ambos já eram negativos no cenário 1, fato agravante para a situação financeira e operacional de entidade.

Gráfico 5 - Análise do capital de giro



Fonte: Elaborado pela autora

Já o cenário 3 tem uma grande melhora em ambos indicadores, porém a melhora não é o suficiente para torna-los positivos, fazendo com que pela interpretação do método Fleuriet a situação da entidade esteja muito ruim. Pois, a CCL mostra que a empresa não possui folga financeira, a NCG mostra que a empresa necessita de muito capital de giro, e o saldo de tesouraria que a empresa não está em condições de arcar com todas as suas obrigações financeiras.

4.6.6 Análise integrada

Comparando os três cenários de forma integrada percebe-se que o cenário 2 é o mais negativo de todos, destacando que caso a instituição não possuísse nenhum certificado ou titulação federal a sua situação econômico-financeira seria muito ruim e de alto risco.

Percebe-se ainda que o cenário 3 se encontra em uma situação mais positiva. Isso pode ser percebido em todos os indicadores e até mesmo em uma simples análise das demonstrações financeiras, pois o resultado do exercício teve um aumento extremamente significativo, seguido das disponibilidades, dois importantes termômetros da situação institucional. Concordando com isso, todos os indicadores aplicados para comparação mostram melhoras no cenário 3.

Porém, mesmo com a melhora, diversos pontos ainda permanecem em situações de risco, como a liquidez, capital de giro e o passivo a descoberto, por exemplo. Este fato ocorre em função das melhoras estarem acontecendo apenas a partir de abril do ano representado, permanecendo o mesmo histórico, que possuía uma situação com dívidas e de acumulados déficits.

Ainda assim, com todas as melhoras, constata-se que no terceiro cenário, além de permanecerem todos os benefícios já adquiridos no cenário 1, o original, ainda são acrescentadas novas receitas, que mesmo acompanhadas de gastos, ainda o tornaram visivelmente mais vantajoso. Mostrando que caso a instituição possuísse mais estabilidade financeira, representada pelas certidões negativas de débito, poderia utilizar melhor dos benefícios concedidos pelos títulos e certificados, melhorando sua situação econômico-financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário econômico e social destacam-se cada vez mais os trabalhos assistenciais promovidos em todas as suas formas, estando entre eles os trabalhos desenvolvidos nas áreas da saúde. Neste sentido destacam-se as instituições sem fins lucrativos, que com o passar dos anos deixaram de ser constituídas apenas por trabalho voluntário e passaram a ser vistas como instituições que, como as de fins lucrativos, necessitam de gestão e planejamento adequado.

Porém são inúmeras as dificuldades que tais entidades possuem em captar recursos que financiem suas atividades. Neste contexto surgem os títulos e certificações concedidos pelos entes governamentais para estas instituições. Eles auxiliam de diversas formas a estruturação e gestão da entidade possuidora, abrindo diversas portas, que beneficiam e refletem diretamente nos resultados.

Considerando o disposto acima, o presente trabalho teve como objetivo averiguar quais os reflexos econômico-financeiros dos títulos e certificados concedidos pelo poder público federal em uma entidade hospitalar do sul de Santa Catarina. Para alcançá-lo foram delineados objetivos específicos.

O primeiro objetivo foi alcançado na medida que o estudo elencou os principais títulos e certificados concedidos pela federação as organizações da sociedade civil. Sendo eles o título de utilidade pública federal e o certificado de entidade beneficente de assistência social. Além disso, também foram apresentados os procedimentos necessários para obtê-los.

Tendo eles como base, foram expostos os benefícios econômico-financeiros ocasionados por eles em um hospital sem fins lucrativos. Tais benefícios puderam ser resumidos em apenas tributários (isenção de INSS patronal) e a facilitação para captação de recursos. Para alcançar o último objetivo, os benefícios foram comparados e mensurados através da projeção de um cenário onde a entidade não possuísse nenhuma certificação ou título federal, cenário este que apresentou dados muito negativos e indicadores em situação crítica.

Constatou-se que por diversos motivos, sendo o principal deles a grave situação financeira da instituição, a entidade não extraiu todos os benefícios que poderiam ser angariados por meio dos títulos e certificados. Nessa situação, apresentou-se também uma projeção de melhora na situação da entidade, e conseqüentemente os reflexos objetos de estudo tiveram maiores destaques,

mostrando que eles podem interferir positivamente nas receitas da entidade, possibilitar maiores investimentos e interferir diretamente no resultado. Este cenário apresentou uma grande melhora em todos os indicadores, o que leva a percepção que não basta apenas possuir os títulos ou certificados, é preciso geri-los juntamente com as demais atividades da entidade, de forma a extrair deles todos os benefícios que eles podem conceder.

Ressalta-se então as dificuldades de gestão encontradas no setor pesquisado e os diversos limites encontrados. Pois, para arrecadar recursos através de projetos, doações, ou participar de políticas governamentais, é necessário cumprir diversos requisitos, tanto administrativos quanto operacionais, que ainda cercados de burocracia dificultam a arrecadação de recursos e conseqüentemente refletem na situação da entidade.

Porém a melhora econômico-financeira possibilita cada vez mais o aumento da participação da entidade em novos projetos e programas, ou seja, servem de propulsão para melhorar cada vez mais. No cenário três, por exemplo, só foram utilizados alguns possíveis projetos e programas, mas é amplo o leque de opções para captação de recursos no setor. Isso mostra o quanto ainda é vasto o campo para pesquisa, e que este estudo não encerra a discussão sobre o assunto, diante da diversidade que engloba o setor. Sugere-se ainda, que além de reflexos econômico-financeiros, os títulos e certificados também refletem subjetivamente na entidade, na sua imagem perante a sociedade, na sua credibilidade e em diversas outras questões.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 160 p. ISBN 9788522448289

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 371 p.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 214 p.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento. Gerência de Estudos Setoriais - Geset. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social: Relato Setorial Nº 3**. Brasília: Bndes, 2001. 35 p.

BOUDENS, Emile. **Utilidade Pública Federal**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília - DF, jan. 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/000068.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. 292 p.

BRASIL, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. **Guia prático para Entidades Sociais**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009. 56 p. Disponível em: <http://captacao.org/recursos/pdfs/guia_pratico_entidades_sociais.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015

BRASIL. Decreto nº 50517, de 02 de janeiro de 1961. Regulamenta A Lei Nº 91, de 28 de Agosto de 1935, Que Dispõe Sobre A Declaração de Utilidade Pública. **Diário Oficial da União**: Brasília DF, 02 jan. 1961.

BRASIL. Decreto nº 8242, de 23 de maio de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina Regras Pelas Quaes São As Sociedades Declaradas de Utilidade Pública. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ, 04 set. 1935.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 jul. 1991. Seção 1, p. 14801.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social**. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 08 dez. 1993. p. 18769.

BRASIL. Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 dez. 1997.

BRASIL. Lei nº 12101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 nov. 2009.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 ago. 2001.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de abril de 2001. Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 27 ago. 2001. Seção 1, p. 54.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (Org.). **O caminho para a Certificação**. Brasília: MS, 2013. 45 p. Disponível em: <http://www.federassantas.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/04/caminho_para_certificacao.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

CARRIJO, Brunno. **O ProSUS no âmbito do parcelamento das dívidas tributárias das filantrópicas** Brasília: Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, 2014, 12 p.

COMISSÃO DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR DA OAB/SP (São Paulo). **Cartilha do Terceiro Setor**. São Paulo: OAB/SP, 2011. 36 p. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/REVISaO2011Cartilha_Revisao_2007_Final_Sem_destaque_de_alteracoes.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**: ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros. Brasília: CFC, 2012.

CRUZ, Paulo Giovani da; BRESSAN, Valéria Gama Fully; LAMOUNIER, Wagner Moura. **Análise financeira de empresas**: uma aplicação do Modelo Fleuriet e análise da demonstração dos fluxos de caixa em empresas de Tecnologia da Informação. 11º Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos112011/29.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 178 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2008. 254 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 353 p.

MACHADO, Marcio André Veras et al. **Análise Dinâmica e o Financiamento das Necessidades de Capital de Giro das Pequenas e Médias EMPRESAS**. 5º Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, out. 2005. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos52005/147.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 529 p.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014. 252 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007. 118 p.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1970, de 11 de agosto de 2011. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 ago. 2011. Seção 1, p. 159.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 333 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios**. 9. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2014. 414 p. ISBN 9788522489541 (broch.)

SÁ, A. Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba, PR: Juruá, 2005. 284 p. ISBN 8536209348

SANTOS, Cleônimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Curso estrutura e análise de balanço**. São Paulo: IOB Thomson, 2005. 199 p.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001. 288 p.0020

ZAPE, Katiani Lucia. **Títulos Jurídicos Concedidos pela Administração Pública às Organizações do Terceiro Setor**. II Seminário Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador. Salvador/BA. nov. 2008. Disponível em: <<http://www.care.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Titulos-Juridicos.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Valores ajustados no cenário 3

RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR	
Imobilizado	300.000,00
Depreciação	17.589,04
LEITOS DE RETAGUARDA	
Receitas	1.710.000,00
Despesas	1.080.000,00
PAGAMENTO DE IMPOSTOS	
INSS empregados	120.670,63
IRRF salários	25.521,56
IRRF pessoa jurídica	9.040,52
CSRF pessoa jurídica	23.362,40
IRRF pessoa física	10.460,95
FGTS	309.895,49
Atualizações	31.032,04
TRANSFERÊNCIAS PROSUS	
Impostos e Contribuições a LP	15.816.812,09
Transferências de Impostos, taxas e contribuições CP para Impostos a Compensar PROSUS	
INSS empregados	114.499,73
IRRF salários	28.840,69
IRRF pessoa jurídica	7.007,14
CSRF pessoa jurídica	16.848,78
IRRF pessoa física	12.937,31
INSS – Parcelamento	48.355,37
IRRF – Parcelamento	20.793,39
Parcelamento procuradoria geral fazenda	6.680,60
COMPENSAÇÕES PROSUS EFETUADAS EM 2014	
INSS empregados	169.037,80
IRRF salários	46.156,70
IRRF pessoa jurídica	31.856,72
CSRF pessoa jurídica	92.972,55
IRRF pessoa física	111.386,93

Fonte: Elaborado pela autora